

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

JONATAS OLIVEIRA DA SILVA

**MARCOS 16.9–20 ENTRE A CRÍTICA TEXTUAL E A TRADIÇÃO DA IGREJA:
UMA ANÁLISE SOBRE A AUTORIDADE E A INSPIRAÇÃO DO FINAL LONGO
DE MARCOS DIANTE DAS DISCUSSÕES TEXTUAIS.**

SÃO PAULO

2026

Jonatas Oliveira da Silva

**MARCOS 16.9–20 ENTRE A CRÍTICA TEXTUAL E A TRADIÇÃO DA IGREJA:
UMA ANÁLISE SOBRE A AUTORIDADE E A INSPIRAÇÃO DO FINAL LONGO
DE MARCOS DIANTE DAS DISCUSSÕES TEXTUAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final do curso
de Bacharel em Teologia da Faculdade
Teológica Batista de São Paulo.

Prof. Orientador: Prof. Dr. Jonas Machado

SÃO PAULO

2026

Silva, Jonatas Oliveira da.

Marcos 16.19-20 entre a crítica textual e a tradição da igreja:
uma análise sobre a autoridade e a inspiração do final longo de
Marcos diante das discussões textuais / Jonatas Oliveira da Silva.
- São Paulo, 2026.

73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teologia) -
Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Machado

1. Inspiração bíblica. 2. Crítica textual. 3. Marcos 16.19-20. 4.
Preservação das escrituras. I. Título. II. Machado, Jonas.

CDD 226.307

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

Jonatas Oliveira da Silva

**MARCOS 16.9–20 ENTRE A CRÍTICA TEXTUAL E A TRADIÇÃO DA IGREJA:
UMA ANÁLISE SOBRE A AUTORIDADE E A INSPIRAÇÃO DO FINAL LONGO
DE MARCOS DIANTE DAS DISCUSSÕES TEXTUAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final do curso
de Bacharel em Teologia da Faculdade
Teológica Batista de São Paulo.

Aprovado em: 01 de Junho de 2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jonas Machado - Orientador

Prof. Dr. Efstathios Tsotsos - Leitor

*Dedico este trabalho aos meus pais,
instrumentos de Deus na minha vida, que
com amor, fé e dedicação me sustentaram
até aqui. Sou eternamente grato por tudo.*

Agradecimentos

A graça e a paz de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. É sempre assim que meu professor Dr. Marcos Almeida iniciava as suas aulas, e assim também inicio meus agradecimentos, pois acredito, e devo estar certo nisso, que o aluno deve imitar seus professores mestres. Ele sempre dizia em suas aulas que é em Cristo Jesus que podemos encontrar a graça e a paz, e eu sou grato a Deus por ter me ajudado nesta caminhada, pois tenho a certeza de que, sem a graça de nosso Deus, não teria sido possível terminar a peregrinação, como também bem falava o professor Pedro Evaristo.

Louvo também a Deus pela vida dos meus pais, Antonio Rabelo e Camélita Oliveira, por me apoiarem e me ajudarem com muita dedicação e, com a ajuda de Deus, me ensinarem o caminho da verdade, que é o caminho que sempre leva a Deus. A eles sou grato pelo que sempre fazem por mim, sendo muitas vezes as minhas mãos para que eu possa comer e os meus pés para que eu possa caminhar. É com muita gratidão que reconheço que eles estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis que passei ao longo da minha vida.

Com gratidão, agradeço à minha irmã gêmea, Lais Alencar, e à sua família: seu esposo, José Fernandes, e seus filhos, Geovanna Letícia, Felipe Alencar e Mariana Letícia, pelo carinho, incentivo e dedicação a mim oferecidos. Estendo também esses agradecimentos a todos os membros da minha família.

Aos meus professores, dou graças ao meu bom Deus por ter me colocado como aluno desses homens e mulheres de Deus, que se dedicaram a transmitir seus conhecimentos. Em especial, agradeço ao professor doutor Jonas Machado, meu orientador. O professor Jonas é um homem de Deus, notável por sua competência acadêmica e resiliência em sua caminhada de fé. Também, de forma não menos especial, quero agradecer ao meu querido professor, Prof. Doutor William Quintela, a quem admiro e que tem sido um exemplo na minha vida acadêmica, um mestre que desejo imitar pela paixão com que ensina o evangelho de Cristo Jesus e pela forma como lida com o texto das Sagradas Escrituras. A Deus seja louvado por sua vida.

De igual modo não quero deixar de agradecer à Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Sou grato a Deus por esta instituição, que tem formado homens e mulheres para o serviço do Reino de Deus. Em especial, à equipe de apoio no EAD,

na pessoa do professor Victor, e a toda a equipe de suporte do EAD, que são pessoas extraordinárias e dedicadas na ajuda à solução das demandas dos alunos.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão à Rede Batista de Educação da Convenção Batista do Estado de São Paulo, instituição mantenedora da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, pela concessão da bolsa de estudos, que tornou possível a realização desta importante etapa da minha caminhada acadêmica.

Aos meus colegas de turma, que participaram de tantos momentos importantes nessa jornada, em especial aos companheiros Simon Vicent, Carlos Junior, Neo Santos, Pedro Logato, Richard Berudio, Guilherme Martins, Eunice Ladeia, Pastor Adolfo Costa, Dayane Cunha e Francisco Santos, pelo companheirismo e ajuda mútua que tivemos.

Aos meus amigos de vida, que têm caminhado comigo lado a lado nessa trajetória.

Aos membros da banca, pelas contribuições que darão e que, com certeza, enriquecerão a versão final.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desta etapa decisiva da minha vida.

“We are learners, —we can be only learners here.”

“Somos aprendizes — e aqui só podemos ser aprendizes.”

— John William Burgon

RESUMO

O presente trabalho investiga a relação entre a crítica textual do Novo Testamento e a doutrina da inspiração e autoridade das Escrituras, tendo como foco central a análise do final longo do Evangelho de Marcos (16.9–20). A pesquisa parte do reconhecimento de que a Bíblia ocupa lugar normativo na fé cristã, o que torna essencial compreender não apenas sua origem divina, mas também o modo como o texto foi transmitido ao longo da história. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar de que maneira as variantes textuais, especialmente no caso de Marcos 16, impactam a compreensão teológica da Escritura e seu uso na prática pastoral. Para isso, desenvolve-se uma abordagem de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, utilizando obras de teologia sistemática, crítica textual e exegese do Novo Testamento. O trabalho articula conceitos fundamentais da bibliologia, como inspiração, inerrância, autoridade e suficiência das Escrituras, com dados históricos e técnicos provenientes da transmissão manuscrita do texto bíblico. Ao longo da pesquisa, evidencia-se que o Novo Testamento foi preservado por meio de um processo complexo de cópias, no qual surgiram variantes textuais, exigindo o desenvolvimento da crítica textual como ferramenta de análise. Nesse cenário, o final longo de Marcos se destaca como um dos casos mais debatidos, apresentando divergências entre manuscritos e interpretações acadêmicas. A análise considera tanto os argumentos contrários quanto favoráveis à sua autenticidade, incluindo aspectos linguísticos, históricos e teológicos. Os resultados indicam que, embora existam discussões relevantes no campo textual, o conteúdo de Marcos 16.9–20 apresenta coerência com a mensagem geral do Novo Testamento, não introduzindo contradições doutrinárias. Além disso, observa-se que esse trecho foi amplamente recebido e utilizado na tradição da igreja, o que reforça sua relevância no contexto da fé cristã. Conclui-se, portanto, que a relação entre crítica textual e autoridade bíblica não deve ser compreendida de forma excludente, mas integrada, reconhecendo tanto a complexidade histórica da transmissão do texto quanto sua função normativa. Dessa forma, o final longo de Marcos pode ser legitimamente considerado em sua dimensão teológica e pastoral, contribuindo para a edificação da igreja e para a continuidade da reflexão bíblica.

Palavras-chave: Inspiração bíblica; Crítica textual; Variante textual; Marcos 16.9–20; Preservação das Escrituras.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between New Testament textual criticism and the doctrine of the inspiration and authority of Scripture, with a central focus on the analysis of the longer ending of the Gospel of Mark (16:9–20). The research is based on the recognition that the Bible holds a normative place in the Christian faith, making it essential to understand not only its divine origin but also the way the text has been transmitted throughout history. In this context, the study aims to analyze how textual variants, especially in the case of Mark 16, impact the theological understanding of Scripture and its use in pastoral practice. To this end, a qualitative approach is employed, based on bibliographical research, using works of systematic theology, textual criticism, and New Testament exegesis. The study articulates fundamental concepts of bibliology, such as inspiration, inerrancy, authority, and the sufficiency of Scripture, with historical and technical data derived from the manuscript transmission of the biblical text. Throughout the research, it becomes evident that the New Testament has been preserved through a complex process of copying, in which textual variants emerged, requiring the development of textual criticism as a tool of analysis. In this scenario, the longer ending of Mark stands out as one of the most debated cases, presenting divergences among manuscripts and academic interpretations. The analysis considers both arguments against and in favor of its authenticity, including linguistic, historical, and theological aspects. The results indicate that, although there are relevant discussions in the textual field, the content of Mark 16:9–20 is consistent with the overall message of the New Testament, not introducing doctrinal contradictions. Furthermore, it is observed that this passage has been widely received and used within the tradition of the church, which reinforces its relevance in the context of the Christian faith. It is therefore concluded that the relationship between textual criticism and biblical authority should not be understood in an exclusive manner, but rather in an integrated way, recognizing both the historical complexity of the text's transmission and its normative function. In this way, the longer ending of Mark can be legitimately considered in its theological and pastoral dimensions, contributing to the edification of the church and to the continuity of biblical reflection.

Keywords: Biblical inspiration; Textual criticism; Textual variant; Mark 16:9–20; Preservation of Scripture.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

A / 02	Códice Alexandrino
ARC	Almeida Revista e Corrigida
B	Códice Vaticano
C / 04	Códice Ephraemi Rescriptus
CSNTM	<i>Center for the Study of New Testament Manuscripts</i>
D / 05	Códice Bezae Cantabrigiensis
GA	Gregory-Aland
INTF	<i>Institute for New Testament Textual Research</i>
it ^k	Códice Bobiensis
Mc	Evangelho de Marcos
MS. MSS.	Manuscrito / Manuscritos
NA28	Novum Testamentum Graece, 28 ^a edição
NT	Novo Testamento
NTVMR	<i>New Testament Virtual Manuscript Room</i>
P45, P46, P75	Papiros do Novo Testamento identificados pela numeração Gregory-Aland
TC / TE	Texto Crítico / Texto Eclético
TR	Textus Receptus
UBS	<i>United Bible Societies</i>
W / 032	Códice Washingtoniano
Ⲛ	Códice Sinaítico

LISTA DE EXPRESSÕES E TERMOS

Autógrafos	Originais dos textos bíblicos produzidos pelos autores sagrados
Escrita uncial	Estilo de escrita em letras maiúsculas utilizado em manuscritos antigos
Final abrupto	Conclusão do Evangelho de Marcos em 16.8
Freer-Logion	Interpolação presente no Códice Washingtoniano entre Marcos 16.14–15
Haplografia	Erro de cópia caracterizado pela omissão involuntária de letras ou palavras
Homofonia	Erro de cópia causado pela semelhança sonora entre palavras
Palimpsesto	Manuscrito reutilizado após o apagamento parcial ou total do texto anterior
Quadrilátero Wesleyano	Método teológico que relaciona Escritura, tradição, razão e experiência
Regula fidei	“Regra de fé”; expressão patrística relacionada à tradição apostólica
Scriptio continua	Forma antiga de escrita contínua sem separação entre palavras
Sola Scriptura	Princípio reformado que reconhece a Escritura como autoridade suprema de fé e prática
Texto crítico/Texto eclético	Texto do Novo Testamento estabelecido por meio da comparação crítica entre os manuscritos disponíveis
Texto majoritário	Tradição textual baseada na predominância dos manuscritos bizantinos
Textus Receptus	Tradição textual grega utilizada amplamente durante o período da Reforma Protestante
Variantes textuais	Diferenças encontradas entre manuscritos durante o processo de transmissão textual

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.1 METODOLOGIA.....	16
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2. A INSPIRAÇÃO, INERRÂNCIA E AUTORIDADE DA ESCRITURA	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 INSPIRAÇÃO (θεόπνευστος: soprada por Deus)	20
2.2.1 O conceito de inspiração divina das Escrituras.....	21
2.2.2 A inspiração verbal e plenária da Escritura.....	22
2.3 A Inerrância	23
2.4 Autoridade das Escrituras.....	25
2.4.1 Desenvolvimento Histórico da Autoridade Bíblica	26
2.5 A Doutrina da Suficiência	27
3. A Transmissão e Preservação do Texto Bíblico.....	29
3.1 Introdução.....	29
3.2 História do texto.....	30
3.3 Variantes textuais.....	31
3.4 Escola textuais.....	35
3.5 O final do evangelho de Marcos.....	36
3.6 Análise linguística	39
4. A autoridade e o uso do final longo de Marcos na pregação e no ensino bíblico	43
4.1 A tensão entre crítica textual e autoridade bíblica.....	43
4.2 A canonicidade e o reconhecimento eclesiástico do final longo de Marcos.....	45
4.3 A preservação divina das Escrituras e o final longo de Marcos	49
4.4 A coerência teológica do final longo de Marcos.....	51
4.5 O uso pastoral do final longo de Marcos.....	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
Referências	59
Anexos.....	63

1. INTRODUÇÃO

Diferente da tradição católica, que reconhece outras fontes de autoridade, para a igreja protestante afirma a Sola Scriptura, isto é, a palavra de Deus é a única autoridade para a fé e prática da igreja (HIGGINS, 2024, p. 86-87).

Wayne Grudem afirma que “A autoridade das Escrituras implica que todas as palavras nas Escrituras são palavras de Deus, de modo que não crer em alguma palavra da Bíblia ou desobedecer a ela significa não crer em Deus ou desobedecer-lhe.” (GRUDEM, 2022, p 102). Esse entendimento assegura que toda a teologia e questões doutrinárias da igreja deve estar fundamentada na escritura, os autores James H. Railey, Jr. E Benny C. Aker, reitera que “todas as questões de fé e conduta estão sujeitas à autoridade da Bíblia” (RAILEY; AKER, 2024, p 25). Corroborando o pensamento, Millard Erickson reforça que “as Escrituras, como expressão da vontade de Deus para nós, têm o supremo direito de definir no que devemos crer e como devemos viver.” (Erickson, 2015. p. 232).

A bíblia foi escrita ao longo de aproximadamente 1.600 anos (por diferentes autores de culturas e posições sociais distintas (SILVA, 2017; APOLINÁRIO, 1990, p. 16), James H. Jr. E Benny C. reforça que “A Bíblia foi escrita no transcorrer de um período de tempo à medida que o Espírito Santo inspirava profetas e apóstolos a escrever a revelação divina” (RAILEY; AKER, 2024, p 51), e é formada por diferentes estilos literários.

Embora tenha elementos humanos e desafios da Transmissão textual a bíblia é a palavra de Deus Sendo Divinamente inspirada Por Deus. O Dr. Wilbur Norman Pickering, em sua obra Deus preservou o seu texto! usa a expressão: “Toda a escritura é exalada por Deus” (PICKERING, 2020 p 7) Essa expressão descreve a íntima conexão entre Deus e a sua revelação Escrita sendo como sua própria respiração. Jesus respondendo a tentação de Satanás diz: “Está escrito: nem só de pão viverá o homem, mais de toda a palavra que sai da boca de Deus” Mateus 4.4 ARC.

Contudo, essa convicção teológica convive com o desafio histórico da transmissão textual das Escrituras, uma vez que os autógrafos (os manuscritos originais) não foram preservados. O texto bíblico que possuímos hoje é resultado de séculos de cópias de cópias, revisões e traduções. Essa constatação demonstra a complexidade do processo de preservação do texto sagrado.

Mas apesar disso, o Novo Testamento por exemplo que embora os autógrafos não tenham sido preservados, a ampla tradição de cópias antigas oferece um

testemunho sem paralelo na literatura da Antiguidade. Conforme observa Pedro Apolinário “Pode-se afirmar sem hesitação que nenhum outro livro da antigüidade é tão bem atestado como o Novo Testamento” (APOLINÁRIO, 1990, p. 145). Estima-se que mais de 6 mil manuscritos¹ gregos (BERTI, 2020)², além de milhares de versões em latim, siríaco, copta e outras línguas, forneçam um aparato textual que permite reconstruir o texto com elevado grau de confiabilidade (PICKERING, 2020, p. 12). Pedro Apolinário reforça que:

“tantas são as cópias preservadas, e tantas as traduções do Novo Testamento anterior ao quinto século de nossa era, que eruditos, por um processo de comparação cuidadosa, podem recuperar o texto original com uma precisão extraordinária” (APOLINÁRIO, 1990, p. 145).

Em frente aos milhares de manuscritos que foram sendo copiados no decorrer dos tempos, potencializou o surgimento de milhares de variantes textuais³. Como explica Marcelo Berti, “nós temos um texto copiado por séculos, à mão, que manifestam uma série de erros e equívocos de transmissão e de cópia e nós temos uma ampla gama de material para investigar.” (BERTI, 2020)⁴. Embora a maioria das variantes não afete o conteúdo teológico das Escrituras, algumas passagens tornaram-se objeto de maior debate entre os estudiosos.

Entre os casos mais discutidos está a conclusão do Evangelho de Marcos. Alguns manuscritos encerram o evangelho no versículo 8 do capítulo 16, enquanto outros apresentam uma continuação que inclui os versículos 9 a 20, tradicionalmente conhecida como o final longo de Marcos. A análise mais detalhada dessas variantes e da transmissão textual relacionada ao final do Evangelho de Marcos será desenvolvida no capítulo 2.

Com divergência textual entre os manuscritos gera uma enorme divisão em torno da conclusão de Marcos 16, como Robert H Stan em seu comentário exegético do evangelho de Marcos Termina a conclusão do comentário exegético no versículo

¹ Manuscritos (ou mss.) são documentos produzidos à mão (do latim manu scriptus) e foram o meio pelo qual o texto do Novo Testamento (NT) foi transmitido por aproximadamente 1.400 anos, até a invenção da imprensa no século XV.

² Texto digital, Aula 3, Seção 8. (e-book)

³ Tecnicamente, variante textual é toda e qualquer diferença entre os manuscritos de um texto, referindo-se à eventual variação nas frases, palavras ou partes de uma palavra quando a mesma passagem é comparada em dois ou mais manuscritos (PAROSCHI, 2012). Nota: Embora toda diferença entre os manuscritos seja chamada tecnicamente de variante textual, o termo também é frequentemente reservado para as “**leituras**” que são consideradas significativas para as principais tarefas da Crítica Textual, como determinar as relações dos manuscritos ou estabelecer o texto original (BERTI, 2020).

⁴ Texto digital, Introdução, Seção 5. (e-book)

8, porém laça sobre o final. “Será que Marcos 16.8 é o final pretendido do Evangelho ou será que o final original se perdeu?” (STEIN, 2022 p). Já para o teólogo e pastor, Hernandes Dias Lopes, apesar das divergências entre os manuscritos ele segue o comentário expositivo encerrando o comentário em Marcos 16.20, pois estes versículos fazem parte do cânon sagrado (LOPES, 2006, p. 627). Não só teólogos divergem sobre a utilização do final longo de Marcos como também é divergente entre as traduções.

Essa realidade levanta, portanto, não apenas uma questão textual, mas também pastoral e teológica: se os versículos de Marcos 16.9–20 devem ser pregados e ensinados como Palavra de Deus, mesmo à luz das discussões acadêmicas sobre sua origem. Muitos pregadores, por cautela ou por apego à tradição textual, encerram suas exposições no versículo 8, enquanto outros as prosseguem até o versículo 20, tomando o texto canônico e edificante. Essa tensão conduz à seguinte questão de pesquisa: O pastor deve incluir o final longo de Marcos (Mc 16.9–20) na pregação e ensino bíblico como texto inspirado e autoritativo, ou limitar-se até o versículo 8, à luz das evidências textuais que sugerem acréscimo posterior? Apresente pesquisa também procura responder algumas perguntas que se tem sobre o evangelho de Marcos Como: O conteúdo de Marcos 16.9–20 está em conformidade com a teologia do Novo Testamento? De que maneira esse texto foi preservado? Como um texto que supostamente seria uma adição posterior alcançou uma recepção tão ampla e duradoura dentro da igreja?

Com base nisso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a utilização do final longo de Marcos (Mc 16.9–20) na pregação e no ensino bíblico, a fim de compreender se esse texto pode ser proclamado com autoridade como Palavra inspirada de Deus. O estudo estabeleceu três objetivos específicos: analisar os manuscritos e variantes textuais sobre a conclusão do evangelho de Marcos; analisar os principais argumentos dos críticos, teólogos e pastores favoráveis e contrários à autenticidade do final longo de Marcos e sua utilização; analisar as implicações teológicas e pastorais do uso do final longo de Marco, considerando a relação entre crítica textual, Inspiração, Inerrância e Autoridade das Escrituras.

A discussão trazida por esse trabalho justifica-se, primeiramente por sua relevância ao promover uma reflexão sobre a conclusão do Evangelho de Marcos face da tensão entre a crítica textual e a inspiração e autoridade canônica das Sagradas Escrituras. Além disso, este estudo tem o intuito de contribuir com pastores e

estudiosos do texto bíblico que se deparam com os desafios de transmitir o texto bíblico fielmente sem negligenciar os elementos históricos de sua preservação e nem comprometer a confiança na revelação divina.

Este trabalho de pesquisa tem como hipótese que, mesmo que exista divergências textuais nos manuscritos sobre o final longo do evangelho de Marcos (Mc 16.9–20), pode ser proclamado legitimamente na pregação e no ensino como parte inspirada e autoritativa das Escrituras, pois seu conteúdo permanece fiel e coerente com a teologia do Novo Testamento.

1.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de obras teológicas, exegéticas e de crítica textual. Seu objetivo é compreender a relação entre inspiração, crítica textual e autoridade bíblica por meio de uma abordagem interpretativa, tendo como principais referenciais autores da teologia sistemática, como Wayne Grudem e Millard Erickson, e estudiosos da crítica textual do Novo Testamento, como Bruce M. Metzger e Wilson Paroschi.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem teológico-analítica, articulando conceitos da bibliologia com os dados da crítica textual e empregando elementos do método exegético na análise de Marcos 16.9–20. Além de examinar diferentes posições acerca do final longo de Marcos, o estudo busca integrar a reflexão acadêmica com a aplicação teológica e pastoral, ressaltando a relevância do texto para a pregação e o ensino da Igreja.

O conteúdo desenvolvido em cada capítulo será o seguinte:

O Capítulo – A Inspiração, Inerrância e Autoridade da Escritura apresenta os fundamentos teológicos que sustentam a compreensão da Bíblia como Palavra de Deus. Para isso, aborda o conceito de inspiração divina, a inspiração verbal e plenária das Escrituras, a relação entre inspiração e revelação, a doutrina da inerrância dos autógrafos e a preservação do texto nas cópias manuscritas, bem como a autoridade das Escrituras para a fé e a prática cristã, à luz do princípio da *Sola Scriptura*.

O Capítulo – A Transmissão e Preservação do Texto Bíblico examina o processo histórico de transmissão do texto do Novo Testamento, destacando a preservação das Escrituras e o surgimento das variantes textuais. Nesse contexto, apresenta os fundamentos da crítica textual do Novo Testamento, analisa as quatro formas de conclusão encontradas nos manuscritos do Evangelho de Marcos e discute

os principais aspectos relacionados ao vocabulário e ao estilo literário do final longo (Mc 16.9–20).

O Capítulo – A Autoridade e o Uso do Final Longo de Marcos concentram-se na discussão da relação entre crítica textual e autoridade das Escrituras, analisando as implicações dessa temática para a fé cristã e para a prática pastoral. São examinados os argumentos favoráveis e contrários à autenticidade de Marcos 16.9–20, a questão da inspiração e da preservação do final longo, bem como uma breve análise exegética e teológica da passagem, buscando demonstrar sua relevância para a pregação e o ensino da Igreja.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção tem como objetivo apresentar os principais suportes teóricos que embasam esta pesquisa. Inicialmente, será discutida a doutrina da inspiração, inerrância e autoridade das Escrituras, estabelecendo a base teológica para a compreensão da natureza do texto bíblico. Em seguida, será abordada a transmissão e preservação do texto do Novo Testamento, considerando o surgimento das variantes textuais e o desenvolvimento da crítica textual, com atenção ao problema do final do Evangelho de Marcos. Por fim, o foco recai sobre a análise do uso do final longo de Marcos (Mc 16.9–20), especialmente diante da tensão entre crítica textual e autoridade bíblica, sua recepção na tradição da igreja e suas implicações teológicas e pastorais no ensino e na pregação.

O Capítulo 1 – A Inspiração, Inerrância e Autoridade da Escritura tem como base as contribuições de Stanley M. Horton (Org.), em *Teologia Sistemática: Uma Perspectiva Pentecostal*; Wayne Grudem, em *Teologia Sistemática*; Millard J. Erickson, em *Teologia Sistemática*; Norman L. Geisler e William C. Roach, em *A Inerrância das Escrituras: Confirmando a Exatidão das Escrituras para uma Nova Geração*; e Norman L. Geisler, em *A Inerrância da Bíblia*. Essas obras fornecem a fundamentação teológica para a discussão acerca da inspiração, da inerrância e da autoridade das Escrituras.

O Capítulo 2 – A Transmissão e Preservação do Texto Bíblico fundamenta-se nas obras de Kurt Aland e Barbara Aland, *O Texto do Novo Testamento*; Aland et al. (eds.), *O Novo Testamento Grego – UBS: 5ª Edição Revisada*; Paulo Roberto B. Anglada, *Manuscritologia do Novo Testamento: História, Correntes Textuais e o Final*

do Evangelho de Marcos; Wilson Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento e Origem e Transmissão do Texto do Novo Testamento*; Roger L. Omanson, *Variantes Textuais do Novo Testamento: Análise e Avaliação do Aparato Crítico de O Novo Testamento Grego*; Marcelo Berti, *O Texto do Novo Testamento: Curso de Introdução à Crítica Textual*; Bruce M. Metzger, *Un Comentario Textual al Nuevo Testamento Griego*; John William Burgon *The Last Twelve Verses of the Gospel According to S. Mark*; e Wilbur N. Pickering, *Deus Preservou o Seu Texto! A Preservação Divina do Novo Testamento*. Essas obras sustentam a discussão sobre a transmissão, preservação e crítica textual do Novo Testamento, com especial atenção ao final do Evangelho de Marcos.

O Capítulo 3 – A Autoridade e o Uso do Final Longo de Marcos apoia-se principalmente nas contribuições de Paulo Roberto B. Anglada, Wilson Paroschi, Roger L. Omanson, por meio das obras *Manuscritologia do Novo Testamento*, *Crítica Textual do Novo Testamento*, *Origem e Transmissão do Texto do Novo Testamento*, *Variantes Textuais do Novo Testamento* Além dessas referências, a pesquisa utiliza ferramentas auxiliares, como manuais de exegese bíblica, gramáticas de grego e comentários exegéticos e expositivos do Novo Testamento e do Evangelho de Marcos, que contribuem para a análise textual, histórica e teológica de Marcos 16.9–20.

2. A INSPIRAÇÃO, INERRÂNCIA E AUTORIDADE DA ESCRITURA

2.1 INTRODUÇÃO

Houve, ao longo da história da crítica textual, alguns dos mais influentes estudiosos que se debruçaram sobre os últimos doze versículos de um dos textos mais sagrados da tradição cristã e concluíram que esse trecho não fazia parte do texto original, tendo como principal argumento evidências linguísticas, como o uso de vocabulário considerado incomum em relação ao restante do Evangelho (ANGLADA, 2014, p. 144-145; BURGON, 1871, p. 5-18).

Trata-se de um dos debates mais intensos e duradouros da crítica textual do Novo Testamento, centrado na controvérsia literária e teológica em torno do chamado final longo do Evangelho de Marcos, especificamente em Marcos 16.9–20 (ANGLADA, 2014:143-145).

Caso esses versículos sejam considerados uma adição posterior ao texto original de Marcos⁵, a narrativa de Marcos se encerra de forma abrupta, com as mulheres fugindo do túmulo, tomadas de medo, sem qualquer aparição do Cristo ressurreto e sem instruções finais aos discípulos. Burgon reforça essa perspectiva ao afirmar que “Ninguém pode imaginar”, (escreve Griesbach), “que Marcos tenha interrompido o fio de sua narrativa naquele ponto”. (BURGON, 1871, p. 4, tradução nossa)

Nesse sentido, não se trata apenas de uma questão textual ou gramatical, mas de um problema que afeta diretamente a estrutura narrativa e a compreensão teológica do Evangelho.

Ao longo do tempo, especialmente a partir do século XIX, surgiram análises que examinaram esse trecho com rigor crítico, sendo posteriormente ampliadas por estudos modernos de manuscritologia do Novo Testamento. “Griesbach é o primeiro a insistir que os versículos finais de São Marcos são espúrios” (BURGON, 1871, p. 6, tradução nossa). A posição de que esse final seria uma adição posterior, possivelmente atribuída a um redator desconhecido, tornou-se amplamente discutida no meio acadêmico. Nas palavras de John W. Burgon:

⁵ Entre os estudiosos que consideram Marcos 16.9–20 como uma adição posterior ao texto original do Evangelho de Marcos, destacam-se Wilson Paroschi, em *Crítica textual do Novo Testamento*; Bruce M. Metzger, em *A Textual Commentary on the Greek New Testament*; Roger L. Omanson, em *Variantes Textuais do Novo Testamento: Análise e Avaliação do Aparato Crítico de “O Novo Testamento Grego”*; e Bart D. Ehrman, em *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?: Quem mudou a bíblia e por quê*. Esses autores, com diferentes argumentos e abordagens, questionam a autenticidade dos versículos 9–20 como parte do texto original de Marcos.

Somente após o aparecimento da segunda edição de Griesbach [1796—1806] é que os críticos do Novo Testamento passaram a tratar os últimos doze versículos do Evangelho de Marcos com desdém. Edições críticas anteriores do Novo Testamento estão livres dessa acusação. “Não há razão para duvidar da autenticidade desta porção da Escritura”, escreveu Mill em 1707, após examinar as evidências (na medida em que as conhecia) a favor e contra” (BURGON, 1871, p. 6, tradução nossa)

E com desse cenário, torna-se ainda mais necessário compreender o que a teologia cristã afirma acerca da inspiração, inerrância e autoridade das Escrituras, a fim de avaliar como tais doutrinas se relacionam com as questões levantadas pela crítica textual.

A Doutrina da inspiração, da inerrância e da autoridade das Escrituras constitui um dos pilares centrais da teologia cristã e serve como fundamento indispensável para qualquer reflexão séria sobre a confiabilidade do texto bíblico. Pois a certeza de que a Bíblia é uma fonte confiável pressupõe a convicção de que Deus inspirou seus servos para registrá-la (Erickson, 20015, p. 218-222).

2.2 INSPIRAÇÃO (ΘΕΟΠΝΕΥΣΤΟΣ: SOPRADA POR DEUS)

O cristianismo ao longo da história sempre afirmou que a Bíblia não é um texto meramente humano, mas a Palavra de Deus revelada de forma escrita (HIGGINS, 2024). O teólogo John R. Higgins afirma que “Deus se revelou à sua criação. A inspiração diz respeito ao registro, ou à escrita, dessa revelação divina” (HIGGINS, 2024, p 98).

Partindo dessa compreensão, embora as Escrituras sejam a Palavra de Deus, é inegável que foram escritas por seres humanos. Surge, então, a questão: como essas duas naturezas coexistem no mesmo texto? A resposta está na inspiração como o processo pelo qual Deus, por meio do Espírito Santo, revelou sua Palavra utilizando autores humanos. O artigo VII da Declaração de Chicago afirma: “Afirmamos que a inspiração foi uma obra mediante a qual Deus, pelo seu Espírito Santo, com a mediação de escritores humanos, concedeu-nos sua Palavra” (GEISLER, 2003, p. 546).

Essa compreensão encontra fundamento bíblico na declaração do apóstolo Pedro em sua segunda carta, que diz:

Sabendo primeiramente isto: que nenhuma profecia da Escritura é de particular interpretação; porque a profecia nunca foi produzida por vontade de homem algum, mas os homens santos de Deus falaram inspirados pelo Espírito.” ARC 2 Pedro 1:20,21.

Portanto, a inspiração das Escrituras envolve dupla autoria: divina e humana; sendo o Espírito Santo o agente que supervisiona esse processo.

2.2.1 O conceito de inspiração divina das Escrituras

A doutrina da inspiração das Escrituras encontra sua base bíblica clássica em 2 Timóteo 3.16, onde o apóstolo Paulo afirma: “πᾶσα γραφή θεόπνευστος” (pasa grafê theopneustos), “Toda a Escritura é inspirada por Deus”. O termo traduzido por “inspirada” é o adjetivo grego θεόπνευστος (theopneustos), cujo significado literal “soprada por Deus”. Quando o apóstolo Paulo escreve a carta e usa o adjetivo θεόπνευστος, ele está “indica que o mérito das Escrituras não está no escritor humano, mas no próprio Deus” (HIGGINS, 2024, p 100).

Millard Erickson observa que as Escrituras são divinamente produzidas, enfatizando sua origem em Deus (ERICKSON, 1997). Assim, a inspiração é entendida como a ação do Espírito Santo na produção do texto bíblico.

B. B. Warfield chega à seguinte conclusão a respeito do significado do termo θεόπνευστος:

Tudo nos leva a crer que o termo em questão aponta primeiramente para a origem da Escritura, não para a sua natureza e muito menos para os efeitos dela decorrentes. Tudo o que é θεόπνευστος é “soprado por Deus” e é resultado do fôlego criativo do Todo-Poderoso. A Escritura é chamada θεόπνευστος com o objetivo de caracterizá-la como acontecimento “soprado por Deus”, projeto de inspiração divina, criação daquele Espírito que é, em todas as esferas da atividade divina, o executor da divindade. A tradução tradicional do termo como inspiratus a Deo, no latim, também não merece crédito se o tomarmos ao pé da letra. Ele não expressa o soprar divino nas Escrituras. Contudo, o conceito tradicional vinculado a ele é geralmente

defendido pelos pais da igreja e pelos dogmatistas. O que se afirma aí é que as Escrituras devem sua origem divina a uma atividade de Deus Espírito Santo e são, em seu sentido mais elevado e mais verdadeiro, criação dele. É sobre esse fundamento de origem divina que se acham alicerçados todos os mais altos atributos da Escritura (WARFIELD apud GEISLER, 2003, p.64-65).

Norman Geisler acrescenta que essa inspiração não deve ser confundida com formas comuns de inspiração humana, pois os autores bíblicos escreveram conscientemente sob direção divina (GEISLER; ROACH, 2022).

1.2.2 A inspiração verbal e plenária da Escritura

Os termos “verbal” e “plenária” expressam a extensão da inspiração. Higgins define da seguinte maneira:

Inspiração plenária e verbal contém uma definição essencial no próprio nome. E a crença de que a Bíblia é inspirada nas próprias palavras (verbal) escolhidas pelos escritores. É inspiração plenária (plena, total, inteira) porque todas as palavras-, em todos os escritos originais (autógrafos), são inspiradas. Uma definição mais técnica da inspiração segundo a perspectiva plenária e verbal poderia ser esta: A inspiração é o ato especial do Espírito Santo mediante o qual motivou os escritores bíblicos a escrever, orientando-os até mesmo no emprego das palavras, preservando-os de igual modo de todos os erros ou omissões (HIGGINS, 2024, p 106).

Isso implica que todas as partes das Escrituras são igualmente inspiradas, rejeitando a ideia de graus de inspiração (GEISLER; ROACH, 2022, p. 208). Erickson também nega qualquer hierarquia, afirmando que diferentes partes possuem funções distintas, mas a mesma origem divina (ERICKSON, 2015, p. 206).

Ainda que cumpram funções totalmente diferentes no texto. A função pode ser diferente, o gênero literário pode ser diferente, mas a fonte — o sopro divino — é a mesma para tudo o que está ali. A Declaração de Chicago sobre a Inerrância Bíblica no artigo VI é taxativo: “Afirmamos que a totalidade das Escrituras e todas as suas partes, chegando às palavras exatas do original, foram dadas por inspiração divina” (GEISLER; ROACH, 2022, p. 37). Assim, a autoridade da Escritura repousa na totalidade de suas palavras nos autógrafos.

Entretanto, essa inspiração não implica ditado mecânico. Grudem afirma que Deus não ditou cada palavra (GRUDEM, 2022). Higgins ressalta que o Espírito Santo guiou os autores sem eliminar sua individualidade. Segundo ele, "O Espírito Santo não ditava as palavras, mas guiava o escritor para que este, livremente, escolhesse as palavras que realmente expressavam a mensagem de Deus (HIGGINS, 2024, p. 105).

Erickson explica que Deus atuou ao longo da vida dos autores, preservando seus estilos e contextos históricos (ERICKSON, 2015, p. 205).

2.3 A INERRÂNCIA

A discussão acerca da inerrância constitui um dos debates centrais da teologia cristã. A questão que se coloca é se um livro milenar, considerado sagrado, pode apresentar detalhes que aparentam conflito com dados históricos ou científicos, e ainda assim manter sua autoridade (GEISLER, 2003). Para os teólogos ortodoxo, a inerrância total é defendida como posição mais coerente, enquanto a inerrância limitada apresenta dificuldades conceituais significativas (GEISLER; ROACH, 2022).

O debate estrutura-se em duas posições principais: inerrância total e inerrância limitada. A inerrância total afirma que as Escrituras estão livres de erro em qualquer assunto que abordem — teológico, histórico ou científico (GEISLER; ROACH, 2022). Como definem Geisler e Roach: "Por 'inerrância total' se quer dizer que a Bíblia está livre de erro em relação a qualquer assunto de que trata, não importa se diz respeito à redenção, à história ou à ciência" (GEISLER; ROACH, 2022, p 17). No Artigo XII da Declaração de Chicago ao defender a inerrância ratifica ao afirmar que a inerrância não exclui "informações de natureza histórica e científica" (GEISLER; ROACH, 2022, p 38).

A inerrância limitada sustenta que a Bíblia é infalível em questões de fé e salvação, mas pode conter imprecisões factuais. Seus defensores argumentam que o propósito do texto é redentivo, não técnico. Assim, "a Bíblia está livre de erro somente no que diz respeito à redenção" (GEISLER; ROACH, 2022, p. 17). Essa posição utiliza 2 Timóteo 3.15–16 para sustentar uma confiança voltada à salvação, não a aspectos históricos (GEISLER; ROACH, 2022, p. 61).

A Declaração de Chicago, em seu Artigo XII, rejeita essa limitação, afirmando que a inerrância não se restringe a temas espirituais, mas inclui também dados

históricos e científicos (GEISLER; ROACH, 2022, p. 38). R. C. Sproul, reforça que "a negação [no art. 12] rejeita explicitamente a tendência de alguns contendores de limitar a infalibilidade e a inerrância a segmentos específicos da mensagem bíblica" (GEISLER; ROACH, 2022, p 40).

A divergência entre as posições envolve diferentes concepções de verdade. A posição clássica adota a teoria da correspondência, segundo a qual a verdade corresponde à realidade (GEISLER; ROACH, 2022). A Declaração Chicago reforça no seu comentário ao Artigo XIII que "todas as afirmações da Bíblia precisam corresponder à realidade: quer histórica, quer factual, quer espiritual" (GEISLER; ROACH, 2022, p 40).

A inerrância limitada, em contraste, tende a definir a verdade com base na intenção do autor. Segundo essa abordagem, "a inerrância é relativa à intenção das Escrituras, e isso precisa ser determinado hermeneuticamente" (PINNOCK, apud GEISLER; ROACH, 2022, p 316).

Para os defensores da inerrância total, admitir erro factual implica admitir erro na Palavra de Deus. O argumento é simples: Deus não erra; a Bíblia é Palavra de Deus; logo, a Bíblia não erra (GEISLER; ROACH, 2022).

Outro ponto relevante é a questão cristológica. Jesus frequentemente utilizava a expressão "está escrito" como autoridade final e tratava narrativas do Antigo Testamento como eventos históricos. John W. Wenham observa que Cristo tratava essas narrativas como fatos objetivos (GEISLER, 2003, p. 13). Assim, a visão das Escrituras está diretamente ligada à visão de Cristo.

A partir disso, surge um problema para a inerrância limitada: se o texto pode conter erros em aspectos verificáveis, como confiar em suas afirmações não verificáveis? Geisler e Roach questionam

A dificuldade com tal abordagem é que, se uma pessoa não pode confiar na Bíblia sobre coisas da Terra e pode classificá-las de tal maneira que remova sua validade histórica, então como uma pessoa pode confiar na Bíblia quando chegar às coisas do Céu? Por que eles já não classificam assim também as coisas do Céu e com isso removem sua validade eterna? E a verdade é que muitos de fato fazem isso (GEISLER; ROACH, 2022, p 150-151).

Contudo, a Declaração de Chicago afirma que a inerrância aplica-se aos autógrafos originais, reconhecendo que variantes surgiram no processo de

transmissão, mas podem ser analisadas pela crítica textual (GEISLER; ROACH, 2022).

Dessa forma, a inerrância total é apresentada como posição que preserva a coerência entre inspiração, autoridade e veracidade divina. A inerrância limitada, embora busque proteger a intenção redentiva do texto, é considerada insuficiente por introduzir distinções que fragilizam a unidade da autoridade bíblica.

A questão central permanece sendo a definição de verdade e a fonte última de autoridade. Se a Escritura é Palavra de Deus, sua veracidade não pode ser restrita a determinadas categorias temáticas sem comprometer sua natureza.

2.4 AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

A doutrina da autoridade das Escrituras ocupa lugar central na teologia cristã, especialmente na tradição protestante. Essa compreensão está diretamente ligada ao princípio da *sola scriptura* (Somente a Escritura), segundo o qual a Bíblia é reconhecida como autoridade suprema em matéria de fé e prática (HIGGINS, 2006).

De acordo com os teólogos protestantes, afirmar a autoridade das Escrituras significa reconhecer que as palavras da Bíblia são palavras de Deus. O teólogo J.I. Packer afirma: "o que as Escrituras dizem, Deus diz; sua autoridade é a autoridade dele, pois ele é o autor supremo" (PACKER, apud GEISLER; ROACH, 2024, p. 41). Wayne Grudem reforça que "não crer em alguma palavra da Bíblia ou desobedecer a ela significa não crer em Deus" (GRUDEM, 2022, p. 102).

O próprio Senhor Jesus utilizava as Escrituras como autoridade. Durante a tentação, responde a Satanás citando o Antigo Testamento: "Está escrito: Não só de pão viverá o homem..." (Mateus 4:4; cf. Dt 8:3), repetindo esse padrão em outras ocasiões (Mt 4:7; 4:10).

Jesus utiliza as palavras "está escrito" como argumento decisivo, tratando o texto bíblico como autoridade normativa. Em Marcos 7:6–13 Jesus confronta os fariseus porque colocavam suas tradições acima da Escritura:

E ele, respondendo, disse-lhes: Bem profetizou Isaías acerca de vós, hipócritas, como está escrito: Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim. Em vão, porém, me honram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens. Porque, deixando o mandamento de

Deus, retendes a tradição dos homens, como o lavar dos jarros e dos copos, e fazeis muitas outras coisas semelhantes a estas. E dizia-lhes: Bem invalidais o mandamento de Deus para guardardes a vossa tradição. Porque Moisés disse: Honra a teu pai e a tua mãe e: Quem maldisser ou o pai ou a mãe deve ser punido com a morte. Porém vós dizeis: Se um homem disser ao pai ou à mãe: Aquilo que poderias aproveitar de mim é Corbã, isto é, oferta ao Senhor, nada mais lhe deixais fazer por seu pai ou por sua mãe, invalidando, assim, a palavra de Deus pela vossa tradição, que vós ordenastes. E muitas coisas fazeis semelhantes a estas (ARC Marcos 7:6-13)

No evangelho de João 5:39, afirma que as Escrituras testificam a seu respeito. Em Mateus 26:54, declara que os acontecimentos de sua vida se dão para o cumprimento das Escrituras, demonstrando sua autoridade sobre a história redentiva.

A própria Bíblia reivindica autoridade divina para suas palavras: “Toda Escritura é inspirada por Deus...” (2Tm 3:16) e “a palavra de nosso Deus subsiste eternamente” (Is 40:8).

2.4.1 Desenvolvimento Histórico da Autoridade Bíblica

A autoridade das Escrituras nunca esteve isolada em um pedestal pacífico; ao longo da história, ela foi constantemente discutida e envolvida em disputas teológicas.

Nos primeiros séculos, a igreja primitiva enfrentou controvérsias, especialmente contra os gnósticos, que desprezavam a criação física e alegavam possuir um conhecimento místico e secreto. Tendo em vista esse cenário, pais da igreja como Irineu de Lyon e Tertuliano recorreram à tradição dos apóstolos, conhecida como regula fidei, ou regra de fé, enfatizando a sucessão apostólica como garantia do ensino verdadeiro. (MACHADO, 2022). Com o tempo, essa ênfase fortaleceu a ideia de que a igreja institucional possuía autoridade oficial de interpretação das Escrituras, tendência que se acentuou durante a Idade Média (MACHADO, 2022).

Com o Iluminismo, surgiram novos concorrentes à autoridade bíblica, especialmente a razão humana e a experiência religiosa (MACHADO, 2022). Teólogos liberais como Friedrich Schleiermacher deslocaram o foco da religião para o sentimento de dependência absoluta (ERICKSON, 2015, p. 19).

A teologia pentecostal também valoriza a experiência, mas afirma que ela deve estar subordinada às Escrituras. James H. Railey, Jr. Benny C. Aker São enfáticos ao dizer que:

O pentecostal considera que a experiência produzida pela operação do Espírito Santo acha-se abaixo da Bíblia no que tange à autoridade. A experiência corrobora, enfatiza e confirma as verdades da Bíblia, e essa função do Espírito é importante e crucial (Railey, Jr. Benny C. Aker, 2024, p 55-56).

Nesse contexto, desenvolveu-se o modelo conhecido como Quadrilátero Wesleyano, que considera Bíblia, razão, tradição e experiência no processo teológico (Erickson, 2015, p. 245), embora correntes evangélicas conservadoras insistam que apenas a Bíblia possui autoridade normativa.

Nos debates contemporâneos, diferentes tradições apresentam posições distintas: a Igreja Católica sustenta Escritura e tradição como autoridade conjunta, enquanto o protestantismo mantém o princípio da sola scriptura (GRUDEM, 2022; GEISLER; ROACH, 2022). A Declaração de Chicago afirma: “as Sagradas Escrituras devem ser recebidas como a Palavra de Deus normativa e imbuída de autoridade”, negando que essa autoridade provenha da igreja ou da tradição (GEISLER; ROACH, 2022, p. 36).

2.5 A DOUTRINA DA SUFICIÊNCIA

A discussão sobre a autoridade das Escrituras culmina na doutrina da suficiência bíblica. Essa doutrina afirma que o texto bíblico contém tudo o que é necessário para a salvação e para a vida cristã. Wayne Grudem define que “a Bíblia contém todas as palavras de Deus de que precisamos para a salvação [...] e para obedecer de modo perfeito” (GRUDEM, 2022, p. 196).

A base bíblica frequentemente citada é 2 Timóteo 3:16–17, que afirma que as Escrituras tornam o ser humano preparado para toda boa obra. Assim, a suficiência indica que não é necessário buscar novas revelações ou autoridades adicionais para conhecer a vontade de Deus. Como explica Grudem, Deus já proveu em sua Palavra tudo o que é necessário para instruir o cristão em toda boa obra (GRUDEM, 2022, p. 197).

Essa doutrina possui implicações práticas importantes. Significa que nenhuma instituição tem autoridade para impor práticas ou regras que não estejam fundamentadas nas Escrituras. A suficiência protege o cristão contra imposições humanas e tradicionalismos sem base bíblica. Como afirma Grudem, acrescentar regras além das Escrituras prejudica a igreja (GRUDEM, 2022, p. 204).

Ao mesmo tempo, a doutrina não nega a atuação do Espírito Santo. O Espírito não acrescenta nova revelação ao cânon, mas ilumina o entendimento do leitor para compreender a verdade já revelada. Como afirma Higgins, essa obra ocorre por meio de nova compreensão, não de nova revelação (HIGGINS, 2024, p. 118).

Dessa forma, a autoridade das Escrituras permanece como princípio central da teologia cristã. Embora existam outras propostas de autoridade, como razão, tradição ou experiência, a perspectiva protestante sustenta que a Bíblia é a norma suprema para a fé e prática.

Por conseguinte, ao afirmar que a Escritura é inspirada, inerrante e autoritativa, surge uma questão inevitável: como esse texto foi preservado ao longo da história? Pois, embora sua origem seja divina, sua transmissão ocorreu por meio de processos humanos. Assim, compreender a transmissão do texto bíblico torna-se fundamental, especialmente diante das variantes textuais.

3. A TRANSMISSÃO E PRESERVAÇÃO DO TEXTO BÍBLICO

3.1 INTRODUÇÃO

Nesse sentido, a doutrina da inspiração das Escrituras conduz diretamente ao problema da sua transmissão. Se a Escritura é a Palavra de Deus, como lidar com as diferenças existentes entre os manuscritos? Essa questão torna-se ainda mais evidente em passagens específicas, como o final do Evangelho de Marcos (Mc 16.9–20), onde há divergência entre as tradições textuais. Dessa forma, o estudo da transmissão e preservação do texto bíblico não é apenas histórico, mas possui implicações diretas sobre a autoridade e o uso do texto na igreja. Assim, torna-se necessário analisar como o texto foi copiado, preservado e interpretado ao longo dos séculos.

Em algumas versões da bíblia a conclusão do evangelho de Marcos 16 os versículos dos 9 ao 20 pode conte o texto entre colchetes ou, no mínimo, uma nota de rodapé discreta indicando que os manuscritos mais antigos e confiáveis não contêm os versículos 9 a 20 (ANGLADA, 2014, p. 142-143).

Esse detalhe leva à reflexão, pois não se trata de um versículo qualquer, mas de uma passagem de grande relevância. O final de Marcos apresenta a grande comissão, o relato de Jesus aparecendo a Maria Madalena e sinais apostólicos, como falar novas línguas e a imunidade a veneno. De forma inesperada, uma nota de rodapé sugere que esse conteúdo pode não ter feito parte do texto original. Isso rompe a expectativa comum de precisão absoluta, na qual se imagina que o texto atual corresponde exatamente ao que foi originalmente escrito.

Entretanto, ao adentrar o campo da crítica textual⁶ ou manuscritologia⁷ (como prefere alguns teólogos como Paulo Anglada) e investigar como o texto bíblico foi preservado, essa ideia de transmissão linear desaparece. Surge, então, um processo

⁶ A ciência que procura restabelecer o texto original de um trabalho escrito cujo autógrafo¹ não mais exista é denominada crítica textual. (Paroschi, 1999, p. 13). A crítica textual (= CT) é o segundo passo da exegese⁷⁰. Sua tarefa consiste em determinar com a maior exatidão possível o texto grego que deverá servir de base para a tradução e a pesquisa posteriores. (WEGNER, 1998, p.39).

⁷ Por Manuscritologia do Novo Testamento designa-se, aqui, a disciplina geralmente conhecida como Crítica Textual do Novo Testamento anteriormente chamada baixa crítica, em contraste com a alta crítica, que diz respeito a estudos de caráter histórico-literários, logicamente antecedentes. O termo manuscritologia nos parece mais apropriado, por não encerrar conotação crítica – mais adequada aos pressupostos teológicos do método histórico-crítico racionalista do século XIX, do que aos pressupostos teológicos conservadores. Manuscritologia do Novo Testamento, portanto, é a ciência que se dedica ao estudo dos manuscritos do Novo Testamento, com vistas à identificação do texto original inspirado: os autógrafos.

histórico complexo, marcado por diferentes etapas e circunstâncias. Dessa forma, analisar as engrenagens da transmissão textual torna-se essencial para compreender o que ocorreu no final do Evangelho de Marcos.

3.2 HISTÓRIA DO TEXTO

Para compreender essa questão, é necessário iniciar pelos autógrafos, isto é, os documentos originais. O ponto fundamental é reconhecer que nenhum desses autógrafos sobreviveu. O que existe atualmente são cópias de cópias ao longo da história. Estima-se que mais de 6 mil manuscritos gregos (BERTI, 2020)⁸, e aproximadamente 11.000 em outras versões antigas, como latim, siríaco e copta, além das milhares de citações feitas por líderes da igreja primitiva (ANGLADA, 2014, p. 15-16). Essa realidade está diretamente relacionada à natureza perecível dos materiais utilizados na antiguidade.

No início da era cristã, a tecnologia acessível era o papel, mais especificamente o caule do papiro, uma planta aquática abundante nas margens do Nilo, no Egito. Formando um material utilizado para registrar documentos antigos, como os testemunhos catalogados como P45, P46 e P7 (PAROSCHI, 2012, p.42).

Entretanto, o papiro possuía fragilidade: com o passar dos séculos, resseca, esfarela e é altamente sensível à umidade. Além disso, os escribas utilizavam a escrita uncial⁹, caracterizada pelo uso de letras maiúsculas, sendo um processo lento, sem ligação entre letras (BERTI, 2020)¹⁰.

Dessa forma, o papiro não se mostrava adequado a longo prazo, tornando necessário um suporte mais resistente, capaz de suportar o uso frequente e o transporte. Nesse contexto, ocorre a transição para os manuscritos unciais,¹¹ em pergaminho, feito de pele de animal tratada, com maior durabilidade, embora de alto custo. Posteriormente, com maior estabilidade, tornou-se possível a produção de

⁸ Texto digital, Aula 3, Seção 8. (e-book)

⁹ O termo “uncial” vem do latim *uncia*, que significa “a duodécima parte de um todo”, e designava a princípio a escrita latina empregada em obras literárias, do século iv ao vi. Depois passou a designar também a escrita grega de traçado análogo. O termo foi empregado pela primeira vez por Jerônimo (no prefácio de sua tradução latina de Jó), numa citação que permite várias interpretações, sendo, talvez, a mais correta a que se refere à altura das letras, que ocupariam a duodécima parte de uma linha comum para a escrita (PAROSCHI, 2012, p 32).

¹⁰ Texto digital, Aula 2, Seção 1. (e-book)

¹¹ Manuscritos copiados com esse tipo de letra [uncial] são chamados de unciais ou maiúsculos (OMANSON, 2010, p 104). Os mss. classificados como unciais são os que passaram a ser confeccionados em pergaminho quando o papiro caiu em desuso, no início do século IV (PAROSCHI, 2012, p 47).

manuscritos mais duradouros, surgindo testemunhos como o Códice Vaticano e o Códice Sinaítico, em material resistente (BERTI, 2020¹²; PAROSCHI, 2012, p. 48-52).

A partir do século IX, ocorre a adoção da escrita minúscula, introduzindo formas mais fluidas e conectadas, permitindo maior continuidade na escrita. Como resultado, houve redução da fadiga, aumento na velocidade de cópia e melhor aproveitamento do espaço no pergaminho (BERTI, 2020¹³; PAROSCHI, 2012, p. 24-25).

Consequentemente, a quantidade de cópias aumentou, contribuindo para a preservação mais ampla do texto bíblico. Nesse mesmo período, desenvolveram-se os lecionários, coleções de textos bíblicos organizados conforme o calendário litúrgico, reunindo passagens destinadas à leitura nos cultos (BERTI, 2020)¹⁴.

Esse fato demonstra que o texto bíblico não era apenas preservado como documento histórico, mas também utilizado de forma ativa na vida das comunidades cristãs.

3.3 VARIANTES TEXTUAIS

As estimativas mais aceitas apontam para a existência de até meio milhão de variantes textuais no Novo Testamento. O Novo Testamento grego completo possui um pouco mais de 138.000 palavras originais (BERTI, 2020)¹⁵. Ou seja, matematicamente existem mais erros e variações catalogadas do que o total de palavras do próprio livro. Isso faz soar como se o texto estivesse irreconhecível.

Essa realidade de variações entre os manuscritos não é algo novo, mas já era percebida pelos estudiosos da Igreja primitiva. O teólogo Orígenes (século III d.C.), um dos mais diligentes estudiosos das Escrituras, reconheceu em sua época. Ele declarou que:

As diferenças entre os manuscritos [dos Evangelhos] tornaram-se grandes, seja por negligência de alguns copistas ou pela audaciosa perversidade de outros; uns deixam de revisar o que transcreveram, ou, no processo de revisão, alongam ou encurtam o texto conforme lhes apraz (METZGER; EHRMAN, 2005, p. 200, tradução nossa).

¹² Texto digital, Introdução, XIV (e-book)

¹³ Texto digital, Aula 3, Seção 4. (e-book)

¹⁴ Texto digital, Aula 4, Seção 4; Aula 3, Seção 3, Ponto “d”. (e-book)

¹⁵ Texto digital, Aula 3, Seção 8. (e-book)

Essa observação de Orígenes evidencia que, mesmo nos primeiros séculos do cristianismo, já havia consciência sobre os desafios da transmissão textual e o cuidado necessário para preservar o conteúdo inspirado. Metzger e Ehrman destacam que esse reconhecimento demonstra o início de uma atitude crítica e reverente diante do texto sagrado, cujo propósito é restaurar o texto bíblico à forma mais próxima possível dos autógrafos (Metzger, Ehrman, 2005, p. 200).

Diante dessa realidade, é importante destacar que a grande maioria dessas variantes não compromete o conteúdo doutrinário das Escrituras. Em sua maior parte, trata-se de diferenças mínimas, como variações de grafia, ordem de palavras ou pequenas omissões, que não alteram o sentido do texto. Wilson Paroschi sustenta que a "grande maioria das variantes diz respeito a questões de pouca ou nenhuma importância" (PAROSCHI, 1999, p. 103), logo, embora o número de variantes seja elevado, seu impacto teológico é extremamente limitado. Mas pelo contrário, a própria existência de múltiplos manuscritos permite a comparação e contribui para a reconstrução mais precisa do texto original, demonstrando que a crítica textual não enfraquece a confiabilidade bíblica, mas atua justamente na sua preservação. Como nota Marcelo Berti, o vasto material disponível permite navegar pelas evidências para encontrar o texto original, sendo que, das milhares de variantes, apenas cerca de 1% é realmente difícil de tratar ou significativas para o sentido (BERTI, 2020)¹⁶. De fato, estima-se que 99% do Novo Testamento grego original pode ser reconstruído sem qualquer dúvida (PAROSCHI, 2012, p. 283). Frederic F. Bruce declarou:

Felizmente, se o grande número de mss. aumenta o índice de erros escribais, aumenta, em medida idêntica, os meios para a correção desses erros, de modo que a margem de dúvida deixada no processo de restauração dos termos exatos do original não é tão grande como se poderia temer; pelo contrário, é, na verdade, marcadamente reduzida (BRUCE apud PAROSCHI, 1999, p. 19)

As variantes podem ser classificadas em duas categorias principais. A primeira envolve erros involuntários, decorrentes de fatores como audição, cansaço visual e desatenção. O cansaço visual e o esgotamento mental comprometiam a precisão da cópia. Um momento de distração, e o olho do copista pulava uma linha inteira, ou a

¹⁶ Texto digital, Aula 2, Seção V. (e-book)

memória falhava e ele substituíra uma palavra por um sinônimo. Também era comum que um leitor ditasse o texto enquanto escribas o reproduziam, o que favorecia equívocos (METZGER, 2006, p. 3; PAROSCHI, 2012, p. 108; BERTI, 2020¹⁷). Havia também a questão do formato do texto como scriptio continua, (a escrita contínua). Na antiguidade, o texto grego era escrito sem espaço entre as palavras, sem vírgula, sem pontos, sem parágrafos e em letras maiúsculas (OMANSON, 2010, p. xiv). Existiam também erros na grafia Como mostra Marcelo Berti:

Mudança de Grafia: Considere o texto de 1 Timóteo 3:16, que diz: “Aquele // Deus que foi manifestado em carne”. Esta mudança do texto, que aparentemente é tão significativa, que é usada por muitas pessoas para mostra como o texto é adulterado; Na verdade, se você observar as letras gregas que compõe as palavras “aquele” e “Deus” você percebe que é muito provável que diferença aqui tenha acontecido de maneira acidental: ΘC - Theós (Deus) e OC - hós (Aquele). A letra Θ seguida de um sigma maiúsculo, essa letrinha que parece um C, é a abreviação da palavra “Deus”. Mas a palavra oς, tem um omicron maiúsculo, O, também seguido por esse sigma, C. A principal diferença entre estas duas letras é que a primeira tem um pequeno traço no meio. Este pequeno traço é a diferença entre “Deus” e “Aquele” no texto de 1 Timóteo 3:16. Uma variante textual, que pode ter muito bem aparecido por um Escriba, que na sua pressa de escrever, esquece ou adiciona um pequeno traço (BERTI, 2020¹⁸).

E outros erros não intencionais como: haplografia (omissão de letras ou palavras); homofonia (sons similares) (BERTI, 2020¹⁹) eram encontrados nessas cópias

A segunda categoria refere-se às alterações intencionais. Em alguns casos, copistas buscavam corrigir aspectos gramaticais ou harmonizar textos paralelos, movidos por zelo teológico (BERTI, 2020²⁰). Conforme explica Wilson Paroschi, muitas dessas variantes não resultam de descaso, mas da tentativa de escribas que, agindo de boa intenção, buscavam "melhorar o texto, fazendo correções ortográficas, gramaticais, estilísticas ou mesmo exegéticas" (PAROSCHI, 2012, p. 90), para salvaguardar a ortodoxia contra heresias da época. Embora essas intervenções

¹⁷ Texto digital, Aula 2, Seção IV. (e-book)

¹⁸ Texto digital, Aula 2, Seção IV, Ponto 1. (e-book)

¹⁹ Texto digital, Aula 2, Seção IV, ponto A, item 3. (e-book)

²⁰ Texto digital, Aula 2, Seção IV, ponto A, item 2. (e-book)

possam gerar questionamentos, a análise acadêmica demonstra que, em sua maioria, não houve intenção de distorcer o conteúdo, mas de preservá-lo (PAROSCHI, 2012, p.89-90).

Entretanto, a presença de falhas no texto transmitido levava à intervenção de copistas posteriores que, diante de passagens problemáticas, realizavam correções com o objetivo de restaurar a clareza. Anglada aponta que numerosas variantes foram introduzidas de forma deliberada nesse processo, ultrapassando o mero erro acidental (ANGLADA, 2014, p. 14).

Nesse cenário, os copistas registravam não apenas o que estava no manuscrito, mas aquilo que consideravam correto. Ao tentar corrigir erros anteriores, novas alterações eram produzidas, o que ampliava significativamente a complexidade textual. Essa tendência editorial foi duramente criticada por Jerônimo, que observou que os copistas: "escrevem não o que encontram, mas o que pensam ser o significado. E, ao tentar retificar o erro de outros, eles meramente expõem os seus próprios" (ANGLADA, 2014, p 117-178).

A prática de alteração não se limitava à correção gramatical, havendo registros de modificações com clara finalidade ideológica. O grupo dos marcionitas é citado como um exemplo emblemático de intervenções que removiam elementos associados ao judaísmo, adequando o texto a perspectivas doutrinárias específicas (ANGLADA, 2014, p. 103). Bruce Metzger corrobora esse fato ao destacar que: "Na metade do segundo século, Marcião expurgou suas cópias do Evangelho segundo Lucas de todas as referências ao contexto judaico de Jesus" (METZGER; EHRMAN, 2005, p 266).

Diante dessa multiplicidade de variantes, desenvolveu-se a crítica textual do Novo Testamento (ANGLADA, 2014, p. 19-20). Seu objetivo é reconstruir, com o maior grau de precisão possível, o texto original.

Neste sentido, a dificuldade em estabelecer o texto original não está na escassez de documentos, mas nos métodos utilizados para analisá-los. Pois a questão central não é a existência dos manuscritos, mas a forma como são interpretados. Diante desse cenário de múltiplas variantes, surgem diferentes abordagens metodológicas para reconstrução do texto, dando origem às principais escolas textuais.

3.4 ESCOLA TEXTUAIS

Existem três principais escolas textuais: o texto dos receptos que foi a tradição impressa lá da época da reforma os testes ecléticos que focam na antiguidade e na análise crítica dos manuscritos mais antigos e o texto majoritário que foca no consenso da imensa maioria dos manuscritos preservados

Uma importante corrente textual chamada *Textus Receptus*, ou texto recebido, que dominou o período da Reforma Protestante. No início do século XVI, Erasmo de Roterdã publicou o primeiro Novo Testamento grego impresso, utilizando manuscritos relativamente tardios disponíveis na região de Basileia. Em alguns casos, chegou a traduzir trechos do latim para o grego devido à ausência de partes nos manuscritos disponíveis. Os defensores dessa tradição sustentam que a providência divina atuou na preservação do texto nessa forma específica (ANGLADA, 2014, p. 121-140).

Com o avanço da arqueologia, surge a segunda corrente, conhecida como visão crítica ou eclética, predominante no meio acadêmico contemporâneo. Essa abordagem propõe a reconstrução do texto a partir da análise comparativa dos manuscritos, atribuindo maior peso aos documentos mais antigos (BERTI, 2020²¹). As descobertas arqueológicas no Egito desempenharam papel fundamental nesse processo, visto que o clima seco da região permitiu a preservação de papiros e manuscritos que remontam ao segundo e terceiro séculos (PAROSCHI, 2012, p. 13-14), especialmente com manuscritos antigos e códices importantes como o Sinaítico (Σ) e o vaticano (B) (PAROSCHI, 2012, p. 48-51). A partir disso, a crítica textual passou a valorizar significativamente essas testemunhas mais antigas.

Em contrapartida, existe a escola conhecida como Texto Majoritário ou Bizantino. Essa abordagem propõe uma solução baseada na probabilidade histórica e na análise em larga escala, argumentando que o texto original foi preservado na grande massa de manuscritos provenientes de diversas regiões. A proposta consiste em observar a vasta quantidade de manuscritos que se multiplicaram do século V até a Idade Média, oriundos de centros como Antioquia e Constantinopla, onde a língua grega permaneceu viva (ANGLADA, 2014, p. 121-140).

Ao comparar essa tradição, verifica-se uma concordância superior a 90% do conteúdo entre os manuscritos. Essa ampla uniformidade entre testemunhos

²¹ Texto digital, Aula 2, Seção II. (e-book)

geograficamente distintos indicaria uma tradição consistente transmitida pelas gerações de crentes (ANGLADA, 2014, p. 134-135). Anglada argumenta que é metodologicamente problemático atribuir autoridade suprema a poucos manuscritos isolados (como o Sinaítico e o Vaticano), que, de acordo com ele apresentam muitas discrepâncias entre si, em detrimento de uma tradição representada por milhares de testemunhas (ANGLADA, 2014, p. 166-167).

Essa concordância ampla entre manuscritos geograficamente distintos indica a existência de uma tradição textual consistente, transmitida ao longo das gerações. Nesta perspectiva, a escola majoritária entende que essa uniformidade não surgiu de forma aleatória, mas reflete a preservação de uma tradição textual antiga e amplamente difundida na igreja.

Por fim, essa discussão possui implicações práticas relevantes. A teoria adotada influencia diretamente as traduções bíblicas modernas. Em versões baseadas na escola eclética, é comum a presença de versículos ou trechos entre colchetes, acompanhados de notas indicando sua ausência em manuscritos mais antigos.

3.5 O FINAL DO EVANGELHO DE MARCOS

Esse debate torna-se especialmente relevante na análise do final do Evangelho de Marcos. O capítulo 16 apresenta diferentes formas de conclusão nos manuscritos antigos. Conforme observa Bruce Metzger, “nos manuscritos do evangelho segundo marcos é comum encontrar quatro finais” (METZGER, 2006, p. 102).

As principais possibilidades para a conclusão de Marcos são: o final abrupto (Mc 16.8), o final curto, o final longo (Mc 16.9–20) e o final interpolado do Códice Washingtoniano. O chamado “final longo” — mais conhecido e amplamente aceito na tradição da Igreja — está presente na maioria dos manuscritos gregos e nas versões antigas, embora esteja ausente dos dois códices gregos mais antigos e importantes, o Sinaítico (Ⲱ) e o Vaticano (B).²² Essa diversidade de testemunhos evidencia que o

²² Aparato crítico reproduzido de: ALAND, Barbara et al. O Novo Testamento Grego. 5. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil; Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2018, p. 152 (Mc 16.8–20): {A} omitem versos 9–20 Ⲱ B 304 sir^s cop^{sa} arm^{mss} geo^{1, A} Eusébio mss^{seg. Eusébio} Epifânio^{1/2} Hesíquio mss^{seg. Severo}; Jerônimo mss^{seg.} // acr. apenas o final breve it^k // acr. o final breve e os versos 9–20 L Ψ 083 099 274^{mg} 579 l 1602 cop^{sa} bo^{mss} eti^{mss}, TH [NRSV] [REB] [NBS] // acr. versos 9–20 com nota crítica ou sinal f¹ 205 e outros // acr. versos 9–20 A C D (W com acréscimo maior, ver nota 4) Δ Θ f¹³ 28 33 157 180 565 597 700 892 1006 1010 1071

encerramento de Marcos constitui uma das variantes textuais mais discutidas do Novo Testamento (ANGLADA, 2014, p. 143).

(1). O final abrupto que está encerrado em Mc 16.8, no qual termina com a expressão “ἐφοβοῦντο γάρ (porque temiam)” (ANGLADA, 2014, p. 124). Esse final é defendido por muitos estudiosos por se tratar de um encerramento que é atestado pelos manuscritos gregos mais antigos e importantes, os códices Sinaítico (ⲛ)²³ e vaticano (B)²⁴, considerados por muitos críticos textuais como os mais fiéis ao texto original (PAROSCHI, 1999, p. 184-185).

(2) Há também uma possibilidade, essa menos provável que é conhecida como final curto de Marcos. Trata-se de uma conclusão breve que aparece logo depois do versículo 8, é encontrado em alguns mss. que contém junto ou final longo do verso 9 ao 20, e contendo somente o final breve, é encontrado em apenas um manuscrito latino do século XVI ou XVI, o Códice Bobiensis (itk) (ANGLADA, 2014, p. 143). Uma tradução comum seria:

“Elas narraram brevemente a Pedro e seus companheiros o que lhes havia sido anunciado. E, depois dessas coisas, o próprio Jesus enviou por meio deles, do Oriente ao Ocidente, a sagrada e incorruptível proclamação da salvação eterna. Amém.”

Esse texto apresenta características distintas das demais formas, assumindo um caráter mais resumido e teológico. O apoio manuscritológico a essa forma é limitado, o que dificulta sua identificação como forma original do texto (ANGLADA, 2014, p. 149).

(3). Uma outra variação textual na conclusão do evangelho de Marcos encontra-se em um ms. do sec. V. O códice Washingtoniano (w)²⁵, que “contendo uma

1241 1243 1292 1342 1424 1505 Biz [E G (H de forma incompleta) Σ] Lec it^{aur}, c, dsup, ff², l, n, o, q vg sir^c, p, h, pal cop^{bo}, fai arm^{mss} eti^{pp} geo^B esl (esl^{ms} acr. apenas 16.9–11) Irineu^{lat} mss^{eg}. Eusébio Astério^{vid} Constituições-Apostólicas Dídimo^{duv} Epifânio^{1/2} Marcos-Eremita Severiano Nestório mss^{seg}. Severo, Rebatismo Ambrósio mss^{seg}. Jerônimo Agostinho [GNB] [NIV] [EU] [LB] BJ TOB [BTI] [DHH].

²³ ⲛ (01), ou Sinaíticos, do século IV, descoberto por Constantin von Tischendorf, em 1859, no mosteiro Santa Catarina do Monte Sinai. Encontra-se atualmente no British Museum. Reproduz integralmente o Novo Testamento e uma parte do Antigo, e seu estado de conservação é bom. Mede aproximadamente 53 X 34 cm e divide-se em quatro colunas.” (MAINVILLE, 1999, p.31-32).

²⁴ “B (03), ou Vaticanos, do século IV, é o mais precioso de todos. Está em Roma, na Biblioteca Vaticana. [...] É um manuscrito da mais alta importância” (MAINVILLE, 1999, p.32).

²⁵ “W ou 032 (Códice Washingtoniano). [...]o Códice Washingtoniano compreende 187 folhas dos quatro evangelhos. [...]Escrito no século v, foi adquirido no Egito em 1906 por Charles L. Freer e desde então se encontra no Museu Freer da Instituição Smithsonian, em Washington.” (PAROSCHI, 1999, p. 52).

interpolação²⁶ entre os versos 14 e 15, conhecida como Freer-Logion (presente apenas no uncial W)” (ANGLADA, 2014, 113). Sobre a interpolação, é corroborada por Metzger “quando menciona que segundo o testemunho dado por Jerônimo no século IV, o final tradicional circulava também em uma forma expandida” (METZGER, 2006, p. 104, tradução nossa). Após o versículo 14 o manuscrito w contém o seguinte:

E eles se desculparam, dizendo: ‘Esta era carente de lei e de fé se encontra sob Satanás, que não permite que a verdade e o poder de Deus prevaleçam sobre as impurezas dos espíritos [ou: não permite que o que está submetido aos espíritos imundos compreenda a verdade e o poder de Deus]. Portanto, revela agora a tua justiça’ — assim falaram a Cristo. E Cristo lhes respondeu: ‘Os anos do poder de Satanás chegaram ao seu fim, mas outras coisas terríveis se aproximam. E eu fui entregue à morte pelos que pecaram, a fim de que eles possam voltar à verdade e não pequem mais, e possam herdar a glória espiritual e incorruptível da justiça que está no céu’ (METZGER, 2006, p. 104, tradução nossa).

A singularidade é que essa passagem só existe no códice w e ela não é encontrada em outros ms. E essa exclusividade sugere que é muito provável que seja uma adição feita por um escriba (copista) para suavizar a censura muito severa como Jesus repreende os discípulos Mc 16.14 por sua falta de fé e em credulidade sobre sua ressurreição. Deste modo entendem Roger L. (OMANSON, 2010, p 104) e Bruce M. (METZGER, 2006, p. 104-105).

(4). Conhecido como final longo de marcos, os versículos do 9 ao 20 do capítulo 16 do evangelho de marcos tem trazido grandes debates sobre se esses versículos são originais ou são acréscimos posteriores. O fato é que o final longo de marcos aparece em quase todos os manuscritos conhecidos no novo testamento e, por esse motivo tem sido tradicionalmente mantido nas principais traduções bíblicas (ANGLADA, 2014, p. 143). De acordo com Wilson Paroschi:

O término de Marcos como o conhecemos é o que aparece na maior parte dos testemunhos, na verdade cerca de 99% deles; alguns mss. gregos

²⁶ Interpolação do v. interpolar, é o acréscimo de palavras, frases, versículos ou seções inteiras em um texto que não faziam parte do escrito original, (HOUAISS, 2008). No caso desta “A interpolação consiste em um diálogo de Jesus com seus discípulos acerca do poder de satanás no que diz respeito à promoção do evangelho e ao limite eminente do seu poder” (ANGLADA, 2014, 125).

trazem-no com certos sinais ou comentários críticos, o que era feito sempre que o escriba suspeitava de um texto (PAROSCHI, 1999, p179).

Além da evidência externa, alguns estudiosos também apontam argumentos internos relacionados ao vocabulário e ao estilo do texto. A escola eclética que o final longo apresenta diferenças em relação ao restante do Evangelho de Marcos, como o uso de termos que não aparecem em outras partes do livro e uma estrutura considerada menos característica do autor (OMANSON, 2010).

Já para os defensores do final longo de Marcos observam que variações de estilo podem ocorrer dentro de uma mesma obra, especialmente em seções conclusivas, e que a limitação do tamanho do Evangelho de Marcos dificulta estabelecer um padrão estilístico rígido (ANGLADA, 2014, p. 158-164). Além disso, argumenta-se que o conteúdo do final longo permanece coerente com a teologia geral do Novo Testamento, não introduzindo elementos doutrinários estranhos ao restante das Escrituras (ANGLADA, 2014, p.163-164).

Isso revela que, embora existam manuscritos antigos que não contenham o final longo, a tradição manuscrita majoritária o preserva de forma consistente. Ao mesmo tempo, a presença de sinais críticos em alguns manuscritos indica que o debate sobre essa passagem já existia em estágios antigos da transmissão textual.

Tendo em vista esse panorama, observa-se que a discussão sobre o final de Marcos não se limita à existência ou ausência de determinados versículos, mas envolve diferentes critérios de avaliação textual. De um lado, abordagens que priorizam a antiguidade dos manuscritos tendem a questionar a originalidade do final longo. De outro, abordagens que consideram a ampla transmissão e a continuidade da tradição manuscrita reconhecem nesses versículos uma presença historicamente consolidada.

Essa discussão, no entanto, não se limita apenas aos manuscritos ou à tradição textual. Ela também se estende ao campo da análise interna do próprio texto, especialmente no que diz respeito ao vocabulário e ao estilo do final longo de Marcos.

3.6 ANÁLISE LINGUÍSTICA

A principal base dessa linha de argumentação é linguística: o final longo apresenta palavras novas e um vocabulário considerado incomum em relação ao

restante do evangelho. De acordo com Paulo Anglada, críticos modernos como Bruce Metzger argumentam que o vocabulário e o estilo desse trecho final são "não-marcanos", o que torna a conexão com o restante do livro difícil. (ANGLADA, 2014, p. 158).

John William Burgon, em sua obra dedicada à defesa do final de Marcos, enumera e refuta sistematicamente os termos e expressões que os críticos textuais (como Alford e Davidson) consideravam "não-marcanos". Segundo Burgon, existem aproximadamente vinte e quatro dessas palavras e frases nos últimos doze versículos 16:9–20 (BURGON, 1871, p. 145-148).

Segue abaixo a lista de palavras ou termos questionadas por críticos ao final longo de Marcos:²⁷

1. *πρώτη σαββάτου* (*prōtē sabbatou*) – "primeiro dia da semana".
2. *ἀφ' ἧς ἐκβεβλήκει ἑπτὰ δαιμόνια* (*aph' hēs ekbeblēkei hepta daimonia*) – "da qual havia expulsado sete demônios".
3. *ἐκβάλλειν ἀπό* (*ekballein apo*) – "expulsar de".
4. *πορεύεσθαι* (*poreuesthai*) – "ir", "partir" ou "caminhar".
5. *οἱ μετ' αὐτοῦ γινόμενοι* (*hoi met' autou genomenoi*) – "os que haviam estado com ele".
6. *θεᾷσθαι* (*theasthai*) – "contemplar" ou "ver".
7. *θεαθῆναι* (*theathēnai*) – "ser visto".
8. *ἀπιστεῖν* (*apistein*) – "não crer" ou "ser incrédulo".
9. *μετὰ ταῦτα* (*meta tauta*) – "depois disso" ou "após estas coisas".
10. *ἕτερος* (*heteros*) – "outro" ou "diferente".
11. *ὑστερον* (*hysteron*) – "por último" ou "finalmente".
12. *βλάπτειν* (*blaptein*) – "prejudicar", "ferir" ou "causar dano".
13. *πανταχοῦ* (*pantachou*) – "por toda parte" ou "em todo lugar".
14. *συνεργεῖν* (*synergein*) – "cooperar" ou "trabalhar junto".

²⁷ A presente lista de palavras e termos gregos questionados por críticos em relação ao final longo de Marcos (Mc 16.9–20) foi elaborada por John William Burgon, no obra *The last twelve verses of the Gospel according to S. Mark: vindicated against recent critical objectors and established*. As definições e traduções dos termos foram consultadas nessas obras: *Léxico do Novo Testamento Grego-Português*; *Novo Testamento Interlinear Analítico Grego-Português*; *Greek-English Lexicon of the New Testament*; *Léxico analítico do Novo Testamento grego*; . considerando seus significados semânticos, usos no Novo Testamento grego e possíveis particularidades linguísticas apontadas na discussão sobre a autenticidade textual de Marcos 16.9–20.

15. *βεβαιοῦν* (*bebaioun*) – "confirmar" ou "tornar firme".
16. *πᾶσα ἡ κτίσις* (*pasa hē ktisis*) – "toda a criação".
17. *ἐν τῷ ὀνόματί μου* (*en tō onomati mou*) – "em meu nome".
18. *παρακολουθεῖν* (*parakolouthēin*) – "acompanhar".
19. *ἐπακολουθεῖν* (*epakolouthēin*) – "seguir" ou "vir depois".
20. *χεῖρας ἐπιτιθέναι ἐπὶ τινα* (*cheiras epitithenai epi tina*) – "impor as mãos sobre alguém".
21. *μὲν οὖν* (*men oun*) – "de fato", "assim" ou "portanto".
22. *ὁ Κύριος* (*ho Kyrios*) – "o Senhor".
23. *ἀναληφθῆναι* (*analēphthēnai*) – "ser elevado" ou "assunto (ao céu)".
24. *ἐκεῖνος* (*ekeinos*) – "aquele" (referindo-se ao uso absoluto do pronome).

Burgon argumenta que essa lista não prova que o trecho é espúrio. Ele demonstra que o uso de termos novos é natural quando o assunto muda (da ressurreição para a ascensão e a missão apostólica) e que muitos outros trechos incontestáveis de Marcos também apresentam altas concentrações de palavras únicas (BURGON, 1871).

A partir disso, argumenta-se que essa concentração de termos raros indicaria uma possível diferença de autoria. A lógica é direta: se ao longo de toda a obra o autor manteve determinado padrão linguístico, não haveria motivo para uma mudança tão brusca justamente na conclusão. No entanto, esse tipo de leitura levanta uma questão importante: até que ponto é possível determinar previamente o vocabulário de um autor, especialmente diante de um contexto narrativo completamente distinto? Quando o conteúdo muda e, no caso, trata-se de ressurreição, comissão e sinais é natural que a linguagem acompanhe essa mudança. Anglada corrobora que o uso exclusivo de certas palavras não comprova uma autoria ilegítima, visto que "o próprio assunto dos últimos doze versos é diferente do restante do livro" (ANGLADA, 2014, p. 159).

Nesse ponto, conforme observa John William Burgon, uma análise mais detalhada dessas supostas anomalias revela que muitas delas não possuem força conclusiva. Ao examinar essas ocorrências, ele demonstra que boa parte das diferenças apontadas se deve a variações normais de construção e não a uma ruptura real de estilo (BURGON, 1871). Mesmo nos casos considerados mais relevantes, o vocabulário pode ser explicado pela própria dinâmica da língua e pelo

desenvolvimento da narrativa, uma vez que o assunto tratado nos versos finais (ressurreição e ascensão) é distinto do restante do livro (ANGLADA, 2014, p. 158-164; BURGON, 1871).

O uso de formas derivadas de uma mesma raiz verbal ao longo do evangelho, por exemplo, mostra que a variação lexical não implica necessariamente mudança de autoria. Burgon, ilustra isso com o verbo *πορεύεσθαι* (*poreuesthai*) – “ir”, “partir” ou “caminhar”, notando que, embora a forma simples seja nova, o autor de Marcos utiliza amplamente seus compostos em todo o Evangelho. Ele diz: “Sim. O verbo simples, nunca usado em outro lugar por São Marcos, ocorre aqui três vezes. [...] [mas] Os compostos de *πορεύεσθαι* são suficientemente comuns em seu Evangelho” (BURGON, 1871, p. 153, tradução nossa).

Diante disso, uma análise baseada apenas em critérios linguísticos ou estatísticos mostra-se insuficiente. A leitura do texto exige considerar também sua estrutura, desenvolvimento temático e coerência interna (referência bibliográfica). A mudança de vocabulário acompanha o conteúdo e não pode ser isolada do contexto.

Isso conduz a um ponto inevitável: mesmo diante das discussões sobre sua origem textual, como o final longo de Marcos deve ser compreendido à luz da teologia cristã? E mais do que isso, qual é o seu lugar no ensino e na pregação?

4. A AUTORIDADE E O USO DO FINAL LONGO DE MARCOS NA PREGAÇÃO E NO ENSINO BÍBLICO

4.1 A TENSÃO ENTRE CRÍTICA TEXTUAL E AUTORIDADE BÍBLICA

A discussão sobre o final longo do Evangelho de Marcos não se limita a um problema técnico de variantes textuais. Em muitos momentos, o que está em jogo é algo mais profundo, que toca diretamente na forma como se compreende a própria Escritura. A presença de diferentes formas de conclusão em Marcos 16 levanta questionamentos legítimos sobre a forma original do texto, mas a questão não para aí. Ela acaba alcançando um ponto sensível: até que ponto essas variações afetam a autoridade do texto bíblico?

Aqui é importante lembrar o que foi estabelecido no capítulo anterior. A Escritura, à luz da doutrina da inspiração, não é entendida como um produto meramente humano, mas como resultado da ação de Deus por meio de autores humanos. Isso significa que sua autoridade não depende apenas da forma final do texto que chegou até nós, mas da sua origem. (HORTON, 2024, p. 98-99)

Mesmo assim, quando se entra no campo da transmissão textual, o cenário muda um pouco de figura. O texto bíblico não chegou de maneira direta e linear, mas por meio de cópias, e essas cópias apresentam variações (BERTI, 2020²⁸). É justamente nesse ponto que a crítica textual se torna necessária, tentando reconstruir o texto a partir das evidências disponíveis. (PAROSCHI, 2012, p. xv). Em vista disso, o artigo X da Declaração de Chicago estabelece um limite importante ao afirmar que a inspiração se aplica, de forma estrita, aos autógrafos, os quais podem ser reconstruídos com elevado grau de precisão a partir dos manuscritos disponíveis (GEISLER; ROACH, 2022, p. 17).

O problema começa quando essa reconstrução passa a ser tratada como o único critério de autoridade. Em alguns casos, a impressão que fica é que o texto só pode ser considerado plenamente confiável se corresponder exatamente à forma original reconstruída. Pickering adverte que "excluir o sobrenatural do modelo de crítica textual do NT é ser fundamentalmente irresponsável" (PICKERING, 2022, p. 363). Isso

²⁸ Texto digital, Aula 1, Seção 2. (e-book)

desloca a questão, quase sem perceber, da inspiração divina para a capacidade humana de reconstrução textual.

O final longo de Marcos ilustra bem essa tensão. De uma parte, abordagens que privilegiam a antiguidade dos manuscritos tendem a questionar sua originalidade “Com base na qualidade da evidência externa e na solidez das considerações internas, tudo parece indicar que a forma mais antiga e mais confiável do Evangelho de Marcos terminava em 16,8” (METZGER, 2006, p. 106, tradução nossa). A obra adaptada de Metzger por Roger L. Omanson, reforça esse argumento ao analisar o caráter técnico do trecho:

O vocabulário e o estilo desse final mais longo diferem do resto do Evangelho de Marcos, e isto sugere que os vs. 9-20 não são originais. [...] Visto que o final mais longo de Marcos é importante na tradição textual do Evangelho, ele foi incluído no texto. Entretanto, aparece entre colchetes duplos, para indicar que não é original (OMANSON, 2010, p 104).

De outra parte, sua ampla presença na tradição manuscrita e seu uso contínuo na vida da igreja não podem ser ignorados. Sob tal perspectiva, John William Burgon advoga a legitimidade histórica do trecho ao recorrer não apenas à evidência manuscrita, mas também à tradição patrística. Em sua argumentação, ele sustenta que os códices preservados na biblioteca de Cesareia, um importante centro de transmissão textual na Antiguidade, reconheciam o final longo como genuíno, afirmando que “pode-se considerar certo que aqueles famosos códices [...] a reconheciam como genuína” (BURGON, 1871, p. 250–251, tradução nossa). Paulo Angela Corrobora ao afirmar que:

A somatória das evidências nos permite concluir, portanto, que não há razão externa ou interna que justifique a exclusão dos versos 9-20 do final do Evangelho canônico de Marcos, ou nos leve a crer que esses versos foram produzidos posteriormente, por outra pessoa (ANGLADA, 2014, 164).

Por essa razão, a análise não pode se restringir a critérios exclusivamente técnicos.

Essa perspectiva realinha o foco do debate teológico sobre a integridade das Escrituras. A discussão deixa de ser puramente arqueológica — pautada apenas na busca pelo “manuscrito mais antigo” — para envolver o reconhecimento e o uso litúrgico e doutrinário do texto pela comunidade de fé. Na tradição conservadora, essa mudança não é um detalhe secundário, pois a autoridade das Escrituras não repousa exclusivamente na ausência de variantes textuais. Como observa Millard Erickson, na formulação de uma doutrina da Bíblia, deve-se dar prioridade ao ensino didático da Escritura sobre si mesma (o que ela afirma ser)

em vez de se deixar dominar apenas pelos "fenômenos" ou dificuldades do texto, como variantes e discrepâncias (ERICKSON, 2015, p. 193).

Simultaneamente, é fundamental afirmar que essa autoridade não é uma concessão da Igreja, mas uma propriedade intrínseca da sua origem divina. O papel da comunidade de fé, como destaca John R. Higgins, não foi o de decidir arbitrariamente o que seria sagrado, mas o de discernir e confirmar o que o povo de Deus já reconhecia como a Palavra inspirada: "A Igreja não resolveu quais livros deveriam estar no cânon sagrado, mas limitou-se a confirmar aqueles que o povo de Deus já reconhecia como a sua Palavra" (Higgins, 2024, p. 650). O uso histórico de passagens como Marcos 16.9–20 serve, portanto, como um testemunho da recepção de um texto que a Igreja, sob a égide da providência divina, identificou como fidedigno à revelação (SOARES, 2017).

Nesse sentido, reduzir o debate sobre o final de Marcos apenas a critérios filológicos e técnicos é insuficiente. Embora a crítica textual seja uma ferramenta necessária para recuperar a forma original do texto, ela não esgota a dimensão teológica da canonicidade. A crítica canônica sugere que é a forma final das Escrituras, tal como recebida e utilizada pela comunidade, que possui relevância para a elaboração da teologia e da prática cristã, pois "a forma final do cânon é que tem importância, porque é ela que foi 'recebida e utilizada como escritura imbuída de autoridade pela comunidade'" (CHILDS apud ERICKSON, 2015, p. 123).

Portanto, a discussão deve ser ampliada para considerar a ação providencial de Deus na preservação e transmissão das Escrituras. Mesmo diante de variações manuais, a qualidade da inspiração divina foi mantida de modo que a mensagem redentora não fosse corrompida. Ao deslocar o eixo para o campo da canonicidade, a Igreja reafirma que a Bíblia é a sua única regra infalível de fé e conduta (SOARES, 2017), e que o reconhecimento eclesial de um texto ao longo dos séculos é um desdobramento da assistência contínua do Espírito Santo na preservação da Verdade.

4.2 A CANONICIDADE E O RECONHECIMENTO ECLESIAL DO FINAL LONGO DE MARCOS

Se a discussão sobre o final longo de Marcos não pode ser resolvida apenas com base em critérios técnicos, então inevitavelmente ela precisa ser deslocada para outro campo. E esse campo é o da canonicidade. O ponto central é que, no fundo, a questão não é só saber se um texto é mais antigo ou mais bem atestado, mas se ele foi reconhecido como Escritura.

A formação do cânon bíblico nunca aconteceu de forma puramente mecânica ou baseada apenas em critérios documentais. Conforme observa John R. Higgins, a

igreja, desde os primeiros séculos, não criou a Escritura, mas reconheceu aquilo que já era recebido como Palavra de Deus. (HIGGINS, 2015, p. 112-115).

Isso significa que a canonicidade não está baseada exclusivamente na reconstrução do texto original, mas também na forma como esse texto foi preservado, transmitido e utilizado dentro da comunidade cristã. Em outras palavras, há uma dimensão histórica e eclesial que não pode ser ignorada.

No caso do final longo de Marcos, esse aspecto se torna particularmente relevante. Mesmo diante das discussões textuais, esse trecho foi amplamente conhecido, copiado e utilizado ao longo da história da igreja. Como argumenta Pickering, ele não aparece como uma tradição isolada ou marginal, mas como parte integrante do Evangelho em grande parte da tradição manuscrita e da prática cristã. (PICKERING, 2020)

Isso não resolve automaticamente a questão da sua origem, e nem pretende resolver. Mas levanta uma pergunta importante: Como um texto que supostamente seria uma adição posterior alcançou uma recepção tão ampla e duradoura dentro da igreja? Todavia, a pergunta não é simples, e ignorá-la empobrece a análise.

Há evidências de que o final longo já era conhecido em períodos relativamente antigos da tradição cristã, sendo citado ou aludido por alguns pais da igreja (Séculos II e III). Ainda que existam debates sobre a extensão e a forma dessas citações, o fato é que esse trecho não surge tardiamente como algo estranho ao texto, mas se insere dentro de um processo de transmissão que já o incorporava (BURGON, 1871; ANGLADA, 2014, 163-164).

Conforme observa John William Burgon, a presença do final longo em testemunhos antigos demonstra que sua circulação não pertence a um estágio tardio da tradição cristã, mas já fazia parte da recepção antiga do Evangelho de Marcos (BURGON, 1871).

Irineu de Lyon (século II): cita Marcos 16:19 por volta de 180 d.C., em sua obra *Adversus Haeresies* (Contra Heresias), mostrando que essa passagem já existia nessa época. Isso indica que o texto é muito antigo, possivelmente próximo ao tempo do próprio evangelista (BURGON, 1871; ANGLADA, 2014, p. 153). Assim, Irineu de Lyon, faz a seguinte observação: “E, no final do Evangelho, Marcos diz também: ‘Ora, o Senhor Jesus, depois de lhes ter falado, foi arrebatado ao céu e sentou-se à direita de Deus’, confirmando assim o que foi dito pelo profeta” (IRINEU DE LYON, 1995, p. 161).

A utilização de Marcos 16:19 por Irineu de Lyon não ocorre no âmbito de uma discussão textual, mas sim como fundamento teológico em sua argumentação contra as heresias. Ao citar o versículo como parte do final do Evangelho, ele o emprega como Escritura

autoritativa para confirmar a exaltação de Cristo à direita de Deus, em consonância com Salmo 110. Ainda que não tenha a intenção de defender a autenticidade do texto, seu uso pressupõe a aceitação do trecho em seu contexto eclesial, constituindo, assim, um testemunho indireto de sua circulação e reconhecimento já no século II.

Justino Mártir (c. 150 d.C.): Em sua Primeira Apologia, Justino faz uma provável alusão a Marcos 16:20 ao descrever a atividade dos apóstolos após a Ascensão: "ἐξελθόντες ἐκήρυξαν πανταχοῦ" (saindo, pregaram por toda parte), o que corresponde quase literalmente ao versículo final de Marcos (BURGON, 1871; ANGLADA, 2014, p. 153).

Taciano (c. 170 d.C.): O Diatessarão, uma harmonia dos quatro evangelhos, incluía o final longo de Marcos, demonstrando sua aceitação no século II

Então Jesus lhes disse: "Foi-me dada toda autoridade no céu e na terra; assim como o Pai me enviou, também eu vos envio: ide, pois, por todo o mundo e pregai o meu evangelho a toda criatura; ensinai todas as nações e batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo o que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo. Aquele que crer e for batizado será salvo; mas aquele que não crer será condenado. E estes sinais acompanharão os que crerem: em meu nome expulsarão demônios, falarão novas línguas, pegarão serpentes, e, se beberem algo mortífero, não lhes fará dano; imporão as mãos sobre os enfermos, e eles serão curados. Mas permanecei na cidade de Jerusalém até que sejais revestidos de poder do alto." (TACIANO, 2002 p. 253, tradução nossa)

O Diatessarão de Taciano preserva uma tradição que incorpora de maneira clara elementos característicos de Marcos 16:9–20, incluindo a missão universal, os sinais miraculosos e a pregação por toda parte, ainda que em forma harmonizada com os demais evangelhos.

Assim, esse testemunho tem grande peso, além disso, o conteúdo do final longo não apresenta rupturas doutrinárias com o restante do Novo Testamento. Pelo contrário, suas ênfases como a ressurreição de Cristo, a missão dos discípulos e a proclamação do evangelho estão em continuidade com outros textos canônicos (ANGLADA, 2014, p. 132). Burgon corrobora este ponto ao argumentar que não existe uma inconsistência real entre o relato de Marcos e o dos demais evangelistas (BURGON, 1871).

Esse ponto é importante, pois, segundo Pickering a igreja primitiva não reconhecia textos como Escritura apenas por critérios formais, mas também por sua

coerência teológica. Um texto que contradissesse o ensino apostólico dificilmente seria recebido como canônico (PICKERING, 2022).

Nesse sentido, Anglada observa que o final longo de Marcos não apresenta elementos que o afastem da teologia do Novo Testamento. Ao contrário, ele reforça temas já presentes em outros evangelhos e nos escritos apostólicos. (ANGLADA, 2014, p. 163-164).

É aqui que a discussão começa a ganhar contornos mais definidos. Afinal, se por um lado a crítica textual levanta dúvidas legítimas sobre a forma original do texto, por outro, a tradição da igreja demonstra uma recepção consistente desse trecho como texto amplamente recebido e utilizado na vida da igreja (BURGON, 1871). Essas duas dimensões precisam ser colocadas lado a lado, pois a providência divina garantiu que a Palavra fosse preservada pura em todos os séculos para o uso da igreja. (ANGLADA, 2014, p. 14).

Talvez o erro esteja justamente em tentar resolver o problema escolhendo apenas um dos lados. Ou se absolutiza o dado técnico, como se ele fosse suficiente por si só, ou se ignora completamente a crítica textual em nome da tradição. O que se deve ter é uma abordagem mais equilibrada. Uma abordagem que reconheça o valor da crítica textual, mas que também leve a sério o papel da igreja, sob a providência de Deus, na preservação e reconhecimento das Escrituras.

E isso tem implicações diretas para a questão central deste trabalho. Isso porque, se o final longo de Marcos foi recebido, preservado e utilizado dentro da tradição cristã, e ao mesmo tempo não apresenta contradições com a teologia do Novo Testamento, então a discussão sobre sua autoridade não pode ser reduzida apenas à sua possível origem posterior.

Há também o reconhecimento canônico. E é justamente a partir desse ponto que a reflexão começa a se encaminhar para o seu aspecto mais prático. Já que não se trata apenas de saber se o texto pode ou não ser incluído no Novo Testamento, mas de como ele deve ser tratado na vida da igreja, especialmente na pregação e no ensino.

Essa transição não acontece de forma forçada. Ela é quase inevitável. Uma vez que a discussão passa pelo campo da autoridade e da canonicidade, o passo seguinte é perguntar: qual é, afinal, o lugar desse texto no púlpito?

4.3 A PRESERVAÇÃO DIVINA DAS ESCRITURAS E O FINAL LONGO DE MARCOS

Ao avançar da discussão sobre canonicidade e recepção histórica, torna-se inevitável dar mais um passo. Na medida em que, se por um lado a Escritura é afirmada como inspirada, e por outro foi reconhecida e recebida ao longo da história da igreja, então surge uma questão que não pode ser ignorada: de que maneira esse texto foi preservado?

Essa pergunta não é secundária. Na verdade, ela ocupa um lugar central dentro da própria doutrina das Escrituras. De acordo com o autor Anglada, o estudo das variantes possui "relevância teológica [direta para] as importantes doutrinas conservadoras da inspiração, inerrância e, principalmente, da preservação das Escrituras" (ANGLADA, 2014, p. 8). Afinal, não faria sentido afirmar que Deus inspirou sua Palavra, mas a deixou à mercê de um processo de transmissão completamente instável ou incapaz de preservá-la de forma confiável ao longo do tempo. Segundo Pickering "uma pessoa que crê na inspiração divina do Novo Testamento, por exemplo, também deveria crer na preservação divina do NT – é uma questão de lógica" (PICKERING, 2022, p. 14). A doutrina da preservação surge exatamente nesse ponto, como continuidade natural da inspiração.

Nesse sentido, a tradição teológica conservadora tem sustentado que o mesmo Deus que inspirou as Escrituras também atuou na sua preservação. Não se trata de afirmar um processo mecânico ou isento de variações, mas de reconhecer que, mesmo dentro de um contexto histórico marcado por cópias, diferenças textuais e limitações humanas, há uma ação providencial que garante que a Palavra de Deus permaneça acessível e confiável para a igreja (PICKERING, 2022). A Confissão de Fé de Westminster, citada por Anglada, corrobora que as Escrituras foram "pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros em todos os séculos" (ANGLADA, 2014, p. 8),

Essa preservação, portanto, não elimina o elemento humano da transmissão, mas também não pode ser reduzida a ele.

O processo de cópia dos manuscritos do Novo Testamento, como já observado no capítulo anterior, envolveu escribas, contextos distintos e circunstâncias diversas. Isso explica a existência de variantes textuais. No entanto, a presença dessas variações não implica a perda da mensagem essencial, nem compromete a fidelidade do texto bíblico como um todo. Pelo contrário, o grande número de manuscritos e sua

ampla distribuição acabam funcionando como um testemunho da preservação, e não da corrupção do texto (ANGLADA, 2014, p. 125-126).

É nesse ponto que a ação do Espírito Santo precisa ser considerada com mais atenção. Uma vez que não se limita ao momento da inspiração dos autores bíblicos. Ela se estende à história da igreja, conduzindo o povo de Deus no contato com a Escritura, na sua transmissão e na sua preservação. Não se trata de uma intervenção que elimina os meios humanos, mas de uma atuação que se dá através deles, garantindo que, apesar das limitações, a Palavra não se perca.

Essa perspectiva impede dois extremos: De um lado, evita a ideia de que o texto bíblico chegou até nós de forma puramente acidental, como resultado apenas de processos históricos descontrolados. De outro, impede uma visão idealizada que ignora completamente a realidade das variantes textuais. O que se afirma aqui é uma preservação real, mas que acontece dentro da história, e não fora dela.

Quando essa compreensão é aplicada ao final longo de Marcos, a discussão ganha uma nova camada. Pois a existência de diferentes formas de conclusão do capítulo 16 já foi amplamente reconhecida. Há manuscritos que terminam no versículo 8, outros que apresentam finais alternativos e muitos que incluem os versículos 9 a 20. Esse cenário, à primeira vista, pode ser interpretado apenas como um problema textual. No entanto, quando observado à luz da doutrina da preservação, ele também pode ser compreendido dentro de um processo mais amplo.

O fato de o final longo ter sido amplamente preservado na tradição manuscrita, aparecendo na grande maioria dos testemunhos conhecidos, não pode ser simplesmente descartado como um detalhe irrelevante. Ainda que isso não resolva automaticamente a questão de sua origem, esse dado também não pode ser ignorado na avaliação teológica do texto.

A crítica textual levanta questões legítimas, especialmente ao considerar a ausência do final longo em alguns dos manuscritos mais antigos. Isso precisa ser reconhecido com seriedade. Ao mesmo tempo, a permanência desse trecho ao longo da história da igreja, sua ampla circulação e seu uso contínuo indicam que ele não foi tratado como algo estranho ou periférico.

Essa tensão não desaparece, mas ela pode ser melhor compreendida, visto que, ao considerar a preservação das Escrituras como resultado da providência divina, não se está afirmando que todas as variantes possuem o mesmo peso ou valor, mas que

o texto bíblico, como um todo, foi guardado de tal maneira que sua mensagem permaneceu intacta.

Nesse sentido, a doutrina da preservação ajuda a evitar leituras reducionistas. Ela impede que a autoridade da Escritura seja colocada exclusivamente nas mãos de reconstruções críticas modernas, como se o acesso à Palavra de Deus dependesse apenas da capacidade acadêmica de recuperar sua forma original. Ao mesmo tempo, não elimina a importância da crítica textual, mas a coloca dentro de um quadro maior, onde Deus continua sendo o agente principal na história da sua Palavra. Pickering é feliz quando argumenta que "uma pessoa que crê na inspiração divina do Novo Testamento, por exemplo, também deveria crer na preservação divina do NT – é uma questão de lógica" (PICKERING, 2022, p. 14)

Quando esse quadro é considerado, o final longo de Marcos deixa de ser apenas um problema técnico e passa a ser também uma questão teológica. Uma vez que envolve não apenas o que os manuscritos dizem, mas como Deus, ao longo da história, preservou sua Palavra para a igreja. E, dentro dessa perspectiva, a existência, a circulação e a permanência desse trecho não podem ser tratadas como elementos neutros ou irrelevantes. Eles fazem parte da própria história do texto bíblico!

4.4 A COERÊNCIA TEOLÓGICA DO FINAL LONGO DE MARCOS

Além das questões relacionadas à transmissão textual e à tradição manuscrita, a análise do final longo de Marcos exige também a consideração de seu conteúdo teológico. Não se trata apenas de investigar a forma do texto, mas de avaliar se sua mensagem permanece em harmonia com o conjunto do Novo Testamento.

Sob essa perspectiva, Marcos 16.9–20 não apresenta conteúdos incompatíveis com a teologia neotestamentária. Conforme observa Darrell Bock, a presença ou ausência desse texto não altera a essência do ensino cristão, uma vez que a maioria de seus temas é ensinada em outras partes das Escrituras (BOCK apud PAROSCHI, 2012, p. 215).

Os temas presentes nesse trecho encontram paralelos consistentes em outras passagens canônicas, indicando continuidade doutrinária. O relato das aparições de Jesus ressuscitado, por exemplo, está em consonância com os demais evangelhos e

com o testemunho apostólico, especialmente em Mateus 28, Lucas 24, João 20 e 1 Coríntios 15.

A reação inicial de incredulidade por parte dos discípulos também não constitui elemento isolado, mas reflete um padrão observado em outros relatos da ressurreição, como em Lucas 24.11, João 20.25 e Mateus 28.17. (HENDRIKSEN, 2003) Esse aspecto reforça a coerência interna do texto com a tradição evangélica mais ampla.

A comissão dada aos discípulos, com a ordem de proclamar o evangelho a toda criatura, igualmente se alinha a Mateus 28:18–20 e Atos 1:8. Essa "Grande Comissão" é reconhecida como um mandato universal presente em cada um dos Evangelhos, fornecendo a base teológica para a missão da Igreja (HORTON, 1996; HENDRIKSEN, 2003). A missão de proclamar o evangelho a todas as pessoas é a tarefa central que Jesus delegou à sua comunidade de fé.

No que se refere aos sinais mencionados, como expulsão de demônios, falar em novas línguas e proteção em situações adversas, esses elementos encontram correspondência em outros textos neotestamentários. A expulsão de demônios aparece no ministério apostólico (At 5.16); o falar em línguas é registrado em Atos 2.4, 10.46 e 19.6; e a preservação encontra paralelo em Atos 28.3–6. Sobre essa harmonia, Paul Beasley-Murray destaca:

Os cristãos primitivos expulsaram demônios em nome de Jesus (3.15; 6.7,13; At 8.7,16,18; 19.12). Eles falaram em línguas (At 2.4; 10.46; 19.6; 1Co 12.10,28; 14.2-40). Paulo foi picado por uma víbora sem sofrer o dano de seu veneno letal (At 28.3-6). Eles impuseram as mãos sobre os enfermos para curá-los (At 28.8).

Dessa forma, não podem ser considerados conteúdos estranhos ao restante das Escrituras.

Essa convergência doutrinária constitui um elemento significativo na avaliação da passagem. Inclusive, alguns estudiosos que demonstram reservas quanto à originalidade textual do final longo reconhecem que seu conteúdo permanece teologicamente coerente com o restante do Novo Testamento. Bruce Metzger, por exemplo, embora questione a autenticidade do trecho sob o ponto de vista textual, não o trata como portador de doutrinas estranhas à fé cristã. (METZGER, 2006). Esse

reconhecimento é relevante, pois demonstra que o debate acerca da origem do texto não implica necessariamente rejeição de sua coerência doutrinária.

A coerência teológica desse trecho possui implicações importantes para sua utilização. Se o conteúdo de Marcos 16.9–20 permanece em harmonia com o restante das Escrituras, seu uso reforça aspectos centrais da fé. Como salienta Darrell Bock, a maioria do que é ensinado nesses versículos encontra eco em outras partes do cânon, o que significa que "a presença ou ausência deste texto não altera de forma alguma a essência do ensino cristão" (BOCK apud PAROSCHI, 2012, p. 215).

Assim, embora a discussão acerca de sua origem permaneça aberta no campo da crítica textual, o conteúdo de Marcos 16.9–20 demonstra continuidade com a teologia do Novo Testamento, o que impede que o trecho seja tratado como um corpo doutrinário alheio à tradição cristã. Dessa forma, sua relevância no contexto da fé e da prática da igreja permanece teologicamente significativa.

4.5 O USO PASTORAL DO FINAL LONGO DE MARCOS

Se até aqui a discussão caminhou entre dados textuais, tradição manuscrita e reconhecimento canônico, agora ela inevitavelmente precisa descer para o chão da igreja. Na realidade, no fim das contas, a pergunta que permanece não é apenas teórica. Ela é pastoral.

Porque, conforme observa Hernandes Dias Lopes, o final longo de Marcos constitui uma das passagens mais debatidas do Novo Testamento. Segundo ele, muitos estudiosos entendem que Marcos 16.9–20 não teria sido escrito originalmente por Marcos, principalmente por diferenças de estilo e vocabulário. Ainda assim, há posições distintas dentro da própria tradição cristã: enquanto alguns autores consideram o trecho uma adição posterior ou defendem um término abrupto no versículo 8, outros, como John Burgon, sustentam sua autenticidade e integridade textual. Mesmo entre os críticos da autoria marcana, há quem reconheça o valor histórico e eclesial do texto, entendendo-o como testemunho antigo da igreja primitiva (LOPES, 2012).

Dentro deste contexto que o pastor faz com Marcos 16.9–20? Evita? Explica? Lê com ressalvas? Ou proclama com autoridade?

Essa pergunta não pode ser respondida apenas com base em critérios técnicos. O púlpito não é uma sala de crítica textual. Ao mesmo tempo, também não é um espaço onde questões legítimas podem ser ignoradas.

Dentro da teologia conservadora, a relação com a Escritura não é apenas intelectual, mas também espiritual. A Bíblia não é apenas objeto de estudo, mas meio pelo qual o Espírito Santo fala à igreja. (SOARES, 2017, p. 26)

Como já amplamente discutido acima, a Escritura é inspirada, inerrante em sua finalidade e autoridade suprema para a fé e prática. Essa autoridade não depende da capacidade humana de reconstruir perfeitamente cada detalhe textual, mas da sua origem divina e do testemunho do Espírito Santo na igreja (SOARES, 2017, p. 27).

Nesse sentido, o uso pastoral do texto não está condicionado a uma certeza absoluta sobre cada variante textual, mas à sua fidelidade à revelação já reconhecida. E é exatamente aqui que o final longo de Marcos precisa ser avaliado.

Mesmo diante das discussões sobre sua origem, que foi amplamente discutido nas páginas desta pesquisa, esse texto foi amplamente recebido na tradição da igreja, preservado na maioria dos manuscritos e incorporado à prática cristã ao longo dos séculos. Ignorar isso no púlpito cria um outro problema. Uma vez que, ao evitar completamente o texto, o pastor pode transmitir, ainda que de forma indireta a ideia de que partes da Escritura são inseguras ou descartáveis. E isso entra em tensão com a própria doutrina da autoridade bíblica afirmada no capítulo 1.

Mas o outro extremo também precisa ser evitado. Tratar o texto como se não existisse qualquer debate também não é o caminho mais responsável.

A igreja não precisa ser protegida da informação, mas orientada na forma correta de compreendê-la. Isso se torna importante porque o pastor não é apenas um transmissor de conteúdo, mas um mediador entre o texto bíblico e a comunidade de fé. No caso de Marcos 16.9–20, isso significa reconhecer a existência das variantes, mas também afirmar com clareza que o conteúdo do texto está em plena harmonia com o restante das Escrituras. Esse ponto é decisivo. Nada no final longo contradiz a teologia do Novo Testamento. A ressurreição de Cristo, a comissão dos discípulos, a pregação do evangelho e a confirmação divina da mensagem são temas amplamente atestados em outros textos bíblicos. Como bem ressalta o pastor Hernandes Dias Lopes, o texto tem “lições importantes” (LOPES, 2012, p. 627).

Dentro dessa perspectiva, o final longo de Marcos pode ser legitimamente proclamado na pregação e no ensino. Não por estarem resolvidas todas as questões textuais estejam resolvidas, mas, pois, seu conteúdo é teologicamente consistente, historicamente recebido e espiritualmente edificante para a igreja. O pastor Hernandes Dias Lopes, um dos principais pregadores expositivos, argumenta em seu Comentar

o expositivo do evangelho de Marcos que: “O que importa para nós é que os versículos 9 a 20 fazem parte do cânon sagrado e é Palavra de Deus inspirada, inerrante e infalível” (LOPES, ano, p. 627).

Portanto a resposta à pergunta: O pastor deve incluir o final longo de Marcos (Mc 16.9–20) na pregação e ensino bíblico como texto inspirado e autoritativo, ou limitar-se até o versículo 8, à luz das evidências textuais que sugerem acréscimo posterior? É que a luz de tudo o que foi analisado esta pesquisa, sustenta-se que Marcos 16.9-20, pode ser proclamado de forma legítima no contexto da pregação e do ensino cristão, sendo compreendido como parte integrante das Escrituras no âmbito da fé e da prática da igreja. Essa posição não ignora as divergências textuais, mas as interpreta à luz de uma compreensão mais ampla da preservação e da autoridade bíblica

Assim, a resposta ao problema proposto não se encontra em uma escolha excludente entre aceitação acrítica ou rejeição completa, mas em uma abordagem que reconhece a complexidade da questão e, ao mesmo tempo, afirma a utilidade e a legitimidade do texto. O final longo de Marcos, mesmo situado em meio a debates, permanece teologicamente coerente e pastoralmente relevante, podendo ser utilizado de forma responsável na edificação da igreja.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo almejou analisar a utilização do final longo do Evangelho de Marcos (Mc 16.9–20) na pregação e no ensino bíblico, buscando compreender se esse texto pode ser proclamado com autoridade como Palavra inspirada de Deus. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de três eixos principais: a análise das evidências manuscritas e variantes textuais, o exame dos argumentos favoráveis e contrários à autenticidade do trecho e, por fim, a investigação de suas implicações teológicas e pastorais, especialmente à luz das doutrinas da inspiração, inerrância e autoridade das Escrituras.

Por meio de obras relevantes da teologia sistemática, da crítica textual e da exegese bíblica, foi possível perceber que a discussão em torno do final longo de Marcos não se limita a uma questão puramente técnica. Ainda que a análise dos manuscritos revele divergências importantes, sobretudo no que diz respeito à ausência do trecho em alguns dos códices mais antigos, também se constatou que ele possui ampla presença na tradição manuscrita e foi recebido, utilizado e preservado ao longo da história da igreja. Esse dado, longe de ser secundário, mostrou-se fundamental para uma compreensão mais equilibrada do problema.

No que tange à análise dos argumentos, verificou-se que a crítica textual levanta questionamentos relevantes quanto à origem do texto, especialmente a partir de evidências externas e internas. No entanto, também se observou que tais argumentos não são conclusivos de forma absoluta, sendo frequentemente contestados por outros estudiosos que apontam limitações metodológicas, sobretudo no uso de critérios exclusivamente linguísticos e estatísticos. Ao mesmo tempo, os defensores do texto ressaltam não apenas sua presença na tradição, mas também sua coerência com o restante do Novo Testamento, o que impede que ele seja considerado um elemento estranho ou teologicamente problemático.

Essa constatação se torna ainda mais significativa quando se considera que a autoridade das Escrituras, dentro da tradição protestante conservadora, não está fundamentada apenas na reconstrução técnica do texto original, mas também na sua origem divina, na sua coerência interna e na forma como foi reconhecida e preservada pela comunidade de fé ao longo da história. Nesse sentido, a discussão sobre o final longo de Marcos exige uma abordagem que vá além da crítica textual, incorporando também elementos teológicos e eclesiais, sem que um campo anule o outro.

No tocante às implicações pastorais, a pesquisa demonstrou que o uso do final longo de Marcos no púlpito não deve ser nem rejeitado de forma automática nem utilizado de maneira acrítica. Há, portanto, a necessidade de uma abordagem responsável, que leve em consideração tanto os dados da crítica textual quanto a coerência do texto com o restante das Escrituras. Assim, o trecho pode ser utilizado na pregação e no ensino, desde que interpretado à luz do conjunto do cânon, com discernimento teológico e compromisso com a fidelidade bíblica.

Diante desse percurso, os resultados da pesquisa permitem uma afirmação mais definida no que diz respeito à hipótese proposta. Ainda que existam divergências textuais relevantes nos manuscritos acerca do final longo de Marcos, verificou-se que tais variações não comprometem a legitimidade do texto no âmbito da fé cristã. Pelo contrário, a análise demonstrou que o trecho pode ser proclamado legitimamente na pregação e no ensino como parte inspirada e autoritativa das Escrituras, uma vez que seu conteúdo permanece plenamente coerente com a teologia do Novo Testamento e em continuidade com o testemunho apostólico.

Nesse sentido, a hipótese deste trabalho não apenas se sustenta, mas se confirma à luz dos dados analisados. A presença de debates no campo da crítica textual não invalida o uso do texto, pois a autoridade das Escrituras não se fundamenta exclusivamente na ausência de variantes, mas na sua origem divina, em sua coerência interna e em sua recepção histórica no seio da igreja. Assim, o final longo de Marcos deve ser compreendido não como um elemento marginal ou suspeito, mas como um texto que, integrado à tradição cristã, pode ser utilizado com segurança teológica no púlpito.

Dessa forma, a pesquisa se posiciona de maneira clara ao afirmar que o uso do final longo de Marcos não apenas é possível, mas é legítimo e teologicamente justificável, desde que interpretado à luz do conjunto das Escrituras. Tal conclusão afasta tanto o ceticismo que tende a descartar o texto quanto abordagens acríticas, propondo, em seu lugar, uma postura firme, fundamentada e responsável diante da Palavra de Deus.

Este resultado levanta contribuições teóricas e práticas relevantes. No âmbito teórico, o estudo contribui para uma compreensão mais integrada entre crítica textual e teologia das Escrituras, demonstrando que essas áreas não precisam ser tratadas como opostas, mas podem dialogar de maneira coerente. No que tange ao campo prático, há uma contribuição direta para pastores e líderes, oferecendo subsídios para o uso consciente e fundamentado do texto no púlpito, especialmente em contextos em que esse tema suscita dúvidas. Dessa forma, a pesquisa auxilia na construção de uma prática ministerial mais segura, equilibrada e teologicamente responsável.

Todavia, como toda pesquisa, este estudo também apresentou limitações. Uma delas refere-se à questão linguística, especialmente no que diz respeito ao acesso a materiais em língua inglesa e, principalmente, alemã, onde se concentra parte significativa da produção acadêmica em crítica textual. Embora tenham sido utilizadas traduções e recursos auxiliares, reconhece-se que o domínio mais aprofundado dessas línguas permitiria uma interação ainda mais direta com determinadas obras e autores.

No que se refere aos recursos utilizados, a pesquisa também enfrentou limitações de ordem material, especialmente no acesso a determinadas obras especializadas. Apesar

dessas restrições, procurou-se manter o rigor acadêmico na seleção e utilização das fontes, dentro das possibilidades concretas desta pesquisa.

No tocante às limitações da pesquisa, também é importante mencionar os desafios relacionados ao próprio processo de escrita e elaboração do trabalho. Em razão das limitações físicas decorrentes da tetraplegia, grande parte da produção textual foi realizada por meio de recursos de digitação por voz. Em diversos momentos, o sistema de reconhecimento de fala interpretou palavras e expressões de maneira incorreta, o que exigiu revisões constantes ao longo da escrita. Nesse processo, ferramentas de inteligência artificial também foram utilizadas como apoio auxiliar na correção gramatical, na organização textual e na melhoria da clareza da redação, sem substituir, contudo, a construção intelectual, argumentativa e analítica desenvolvida ao longo da pesquisa.

Além disso, reconhece-se que o trabalho poderia ter aprofundado ainda mais a análise exegética do texto grego do Novo Testamento. Contudo, em razão do nível atual de domínio da língua, optou-se por uma abordagem mais cautelosa, evitando afirmações que não pudessem ser devidamente sustentadas. Esse aspecto, longe de representar uma fragilidade definitiva, aponta para uma área promissora de desenvolvimento em estudos futuros.

Posto isso, em relação às futuras investigações, recomenda-se que o pesquisador se dedique ao estudo das línguas originais e estrangeiras, especialmente o grego do Novo Testamento, bem como ao aprofundamento na área da crítica textual. Além disso, novas pesquisas podem explorar com maior detalhamento a dimensão exegética do final longo de Marcos, bem como sua recepção em diferentes tradições cristãs e contextos eclesiais.

Por fim, este estudo reafirma a centralidade das Escrituras na vida da igreja e a necessidade de abordagens que unam rigor acadêmico e fidelidade teológica. A discussão sobre o final longo de Marcos, longe de enfraquecer a confiança na Bíblia, pode, quando bem conduzida, fortalecer uma compreensão mais madura e fundamentada da sua autoridade. Assim, permanece o desafio (e também o compromisso) de ler, interpretar e proclamar as Escrituras com reverência, responsabilidade e confiança em sua origem divina.

REFERÊNCIAS

ALAND, B. et al. (eds.). **O Novo Testamento Grego**: 5ª Edição Revisada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

ANGLADA, Paulo Roberto B. **Manuscritologia do Novo Testamento**: história, correntes textuais e o final do Evangelho de Marcos. Ananindeua: Knox Publicações, 2014.

APOLINÁRIO, Pedro. **História do Texto Bíblico**. 4. ed. São Paulo: Instituto Adventista de Ensino, 1990.

BERTI, Marcelo. **O Texto do Novo Testamento**: Curso de Introdução à Crítica Textual. Instituto Schaeffer de Teologia e Cultura / Dois Dedos de Teologia, 2020.

https://biblebento.com/index.html?byz_web&480.16.¹

Bíblia de estado palavras-chave hebraico e grego. A 4, fed & Rio de Janeiro: CPAD, 2015.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002

BOSCOLO Gastone **A Bíblia na História**: Introdução geral à Sagrada Escritura. São Paulo: Paulus. 2022

BURGON, John William. **The last twelve verses of the Gospel according to S. Mark**: vindicated against recent critical objectors and established. Oxford; London: James Parker and Co., 1871.

CAMBRIDGE UNIVERSITY LIBRARY. Codex Bezae Cantabrigiensis (MS Nn.2.41), fólio 675: Evangelho de Marcos, capítulo 16. Século V. Manuscrito greco-latino. Disponível em: <https://cudl.lib.cam.ac.uk/view/MS-NN-00002-00041/675>. Acesso em: 06 mar. 2026.

CENTER FOR THE STUDY OF NEW TESTAMENT MANUSCRIPTS. Codex Alexandrinus (GA 02). Londres: British Library, séc. V. Manuscrito grego. Disponível em: CSNTM – Codex Alexandrinus (GA 02). https://manuscripts.csntm.org/manuscript/View/GA_02?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 19 mar. 2026.

CHAFER, Lewis Sperry. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003.

CODEx SINAITICUS — Mark, 16:1-16:8. In: *Codex Sinaiticus — See the Manuscript*. Disponível em: <https://www.codexsinaiticus.org/en/manuscript.aspx?VIEWSTATEGENERATOR=01FB804F&book=34&chapter=16&lid=en&side=r&verse=8&zoomSlider=0#>. Acesso em: 7 out. 2025.

CÓDICE VATICANO pag. 1303 https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.gr.1209 Acesso em: 7 out. 2025.

Dusing, Michael L. Capítulo dezesseis. **A Igreja do Novo Testamento**. In: HORTON, Stanley M. (Org.). **Teologia Sistemática: Uma Perspectiva Pentecostal**. 30. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2024. p. 293–321.

Ehrman, Bart D. **O que Jesus disse? O que Jesus não disse?**: Quem mudou a bíblia e por quê. São Paulo: Prestígio, 2006.

ERICKSON, Millard J. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2015.

GINGRICH, F. Wilbur. **Léxico do Novo Testamento: grego-português**. Revisado por Frederick W. Danker. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1984.

GOMES, Paulo Sérgio; OLIVETTI, Odayr. **Novo Testamento interlinear analítico grego-português: texto majoritário com aparato crítico**. 2. ed. São José dos Campos, SP: Editora Cultura Cristã, 2015

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática: Completa e Atual**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Vida Nova, 2022.

HENDRIKSEN, William. **Marcos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

HORTON, Stanley M. (Org.). **Teologia Sistemática: Uma Perspectiva Pentecostal**. 30. ed Rio de Janeiro: CPAD, 2024.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

https://www.monergismo.com/textos/bibliologia/inerrancia-autografos_bahnsen.pdf
Acesso em 09/11/2025

INSTITUTE FOR NEW TESTAMENT TEXTUAL RESEARCH (INTF). New Testament Virtual Manuscript Room. **Codex Ephraemi Rescriptus (C, 04), fólio 151v**. Disponível em: <https://ntvmr.uni-muenster.de/community/modules/papyri/?site=INTF&image=20004/undefined/800/10/4>. Acesso em: 06 maio 2026.

INSTITUTE FOR NEW TESTAMENT TEXTUAL RESEARCH (INTF). New Testament Virtual Manuscript Room. **Codex Ephraemi Rescriptus (C, 04), fólio 148r**. Disponível em: <https://ntvmr.uni-muenster.de/community/modules/papyri/?site=INTF&image=20004/undefined/810/10/564>. Acesso em: 06 maio 2026.

IRINEU DE LYON, Santo. **Contra as heresias** (Adversus Haereses). Tradução de Lourenço Costa. (Coleção Patrística, vol. 4). São Paulo: Paulus, 1995

KEENER, Craig S. **Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento**. Edição ampliada. São Paulo: Vida Nova, 2017.

LOPES, Hernandes Dias. **Marcos: o evangelho dos milagres**. São Paulo: Hagnos, 2006

Machado, Jonas. **Lendo a Bíblia através dos séculos: um panorama da história da interpretação bíblica**. São Paulo: rtm editora. 2022

Magno Vilela. São Paulo: Paulinas, 1999.

MAINVILLE, Odette. **A Bíblia à luz da história: guia de exegese histórico-crítica**. Trad.

METZGER, Bruce M. **Un comentario textual al Nuevo Testamento griego**. México: Sociedades Bíblicas Unidas, 2006.

METZGER, Bruce Manning; EHRMAN, Bart D. **The text of the New Testament: its transmission, corruption, and restoration**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2005.

MOUNCE, William D. **Léxico analítico do Novo Testamento grego**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

OMANSON, Roger L. **Variantes textuais do Novo Testamento**. Análise e avaliação do aparato crítico de “O Novo Testamento Grego”. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

PAROSCHI, Wilson **Origem e Transmissão do Texto do Novo Testamento**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

PAROSCHI, Wilson. **Crítica textual do Novo Testamento**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1999.

PICKERING, Wilbur Norman, **Deus Preservou o Seu Texto! A Preservação Divina do Novo Testamento** - 2022.

RAILEY, James H. Jr.; AKER, Benny C. **Fundamentos Teológicos**. In: HORTON, Stanley M. (Org.). Teologia Sistemática: Uma Perspectiva Pentecostal. 30. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2024. p. 43–63.

SILVA, Ezequias Soares da. (Org.). **Declaração de fé das assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

STEIN, Robert H. **Marcos: comentário exegético**. São Paulo: Vida Nova, 2022.

TACIANO. **Diatessaron de Taciano**. Introducción, traducción y notas de Jesús Álvarez Maestro. Prólogo de Antonio M. Rouco Varela. 2. ed. Madrid: Edibesa, 2002.

THAYER, Joseph H. **Thayer's Greek-English Lexicon of the New Testament: coded with Strong's numbering system**. Peabody, MA: Hendrickson Publishers, 1896. 17th printing, Dec. 2024.

WEGNER, Uwe. **Exegese do Novo Testamento: manual de metodologia**. São Leopoldo: Sinodal: São Paulo: Paulus, 1998.

ANEXOS

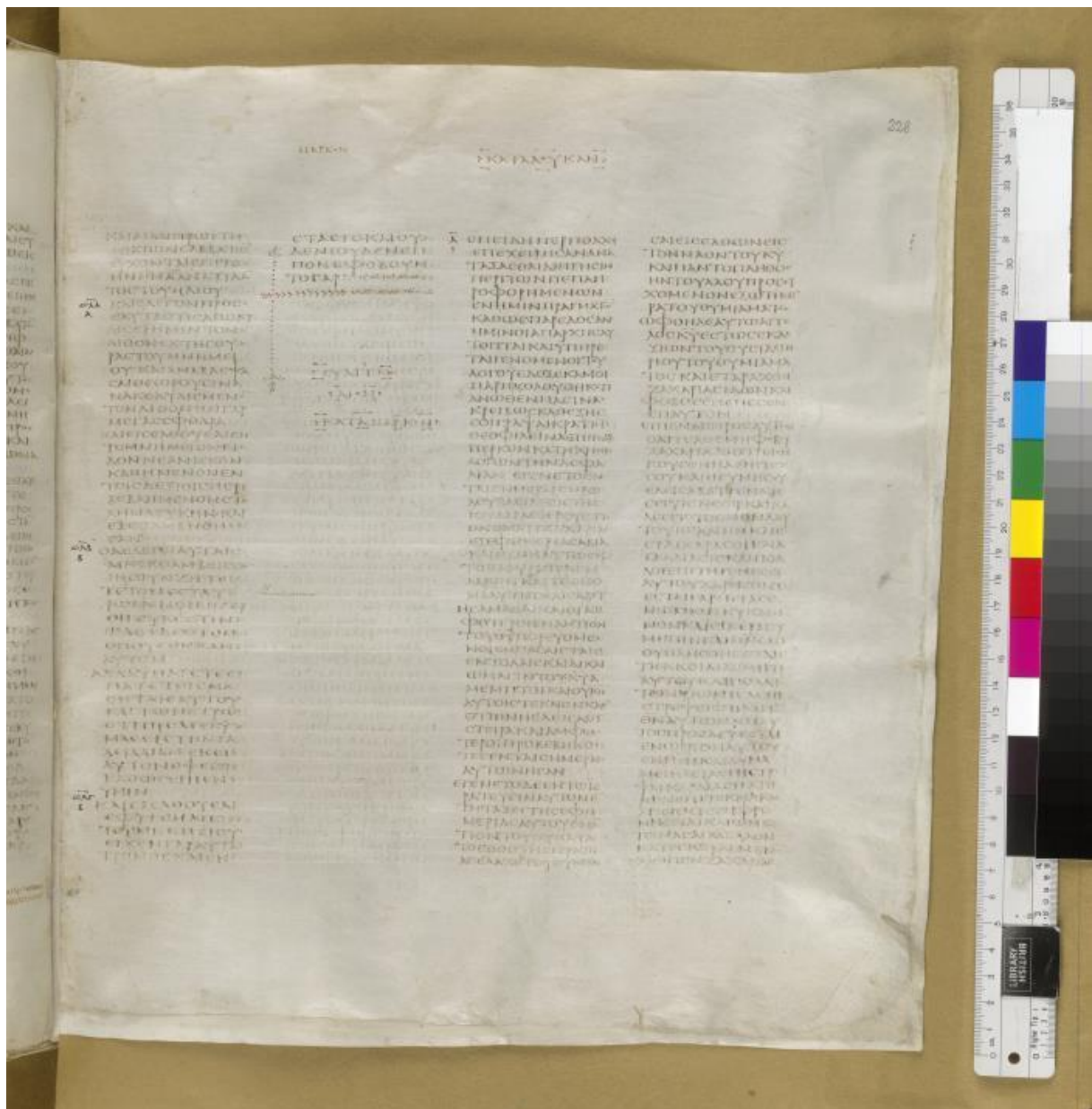


Figura 1 – Codex Sinaiticus, Evangelho de Marcos 16:1–8.

Manuscrito grego uncial do século IV, escrito em pergaminho, contendo parte do Novo Testamento. A imagem apresenta o final do Evangelho de Marcos até Mc 16:8, onde o texto é interrompido, caracterizando a ausência do chamado “final longo” (Mc 16:9–20). O códice é uma das mais antigas testemunhas textuais do Novo Testamento e encontra-se atualmente preservado em diferentes instituições, com versão digital disponível online.

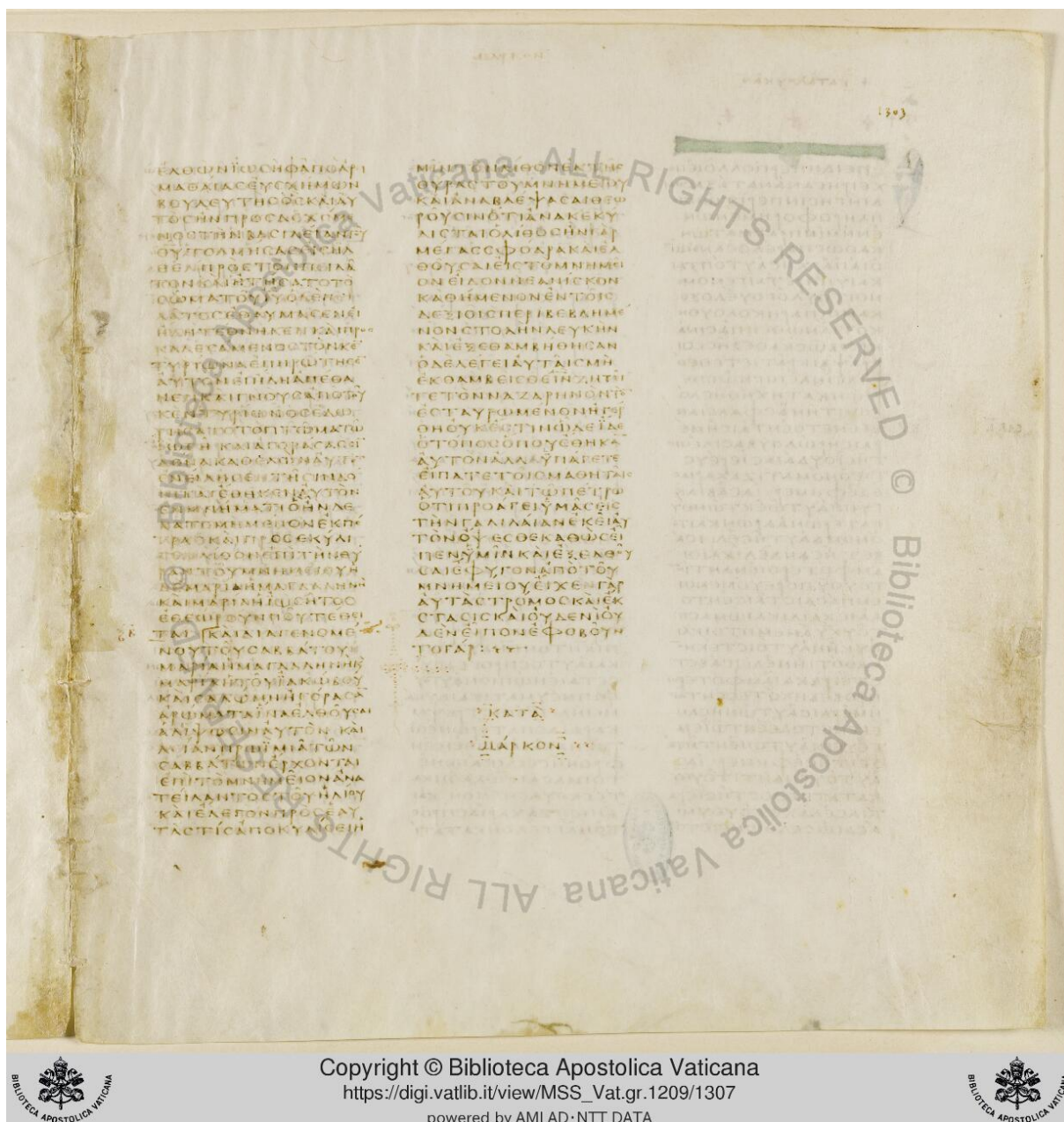


Figura 2 – Codex Vaticanus, página 1303.

Manuscrito grego uncial do século IV, preservado na Biblioteca Apostólica Vaticana. A imagem corresponde à página 1303, contendo o final do Evangelho de Marcos até Mc 16:8, seguido de espaço em branco característico do códice, indicando a ausência do final longo (Mc 16:9–20). O códice é considerado uma das mais importantes testemunhas do texto do Novo Testamento, associado ao tipo textual alexandrino.

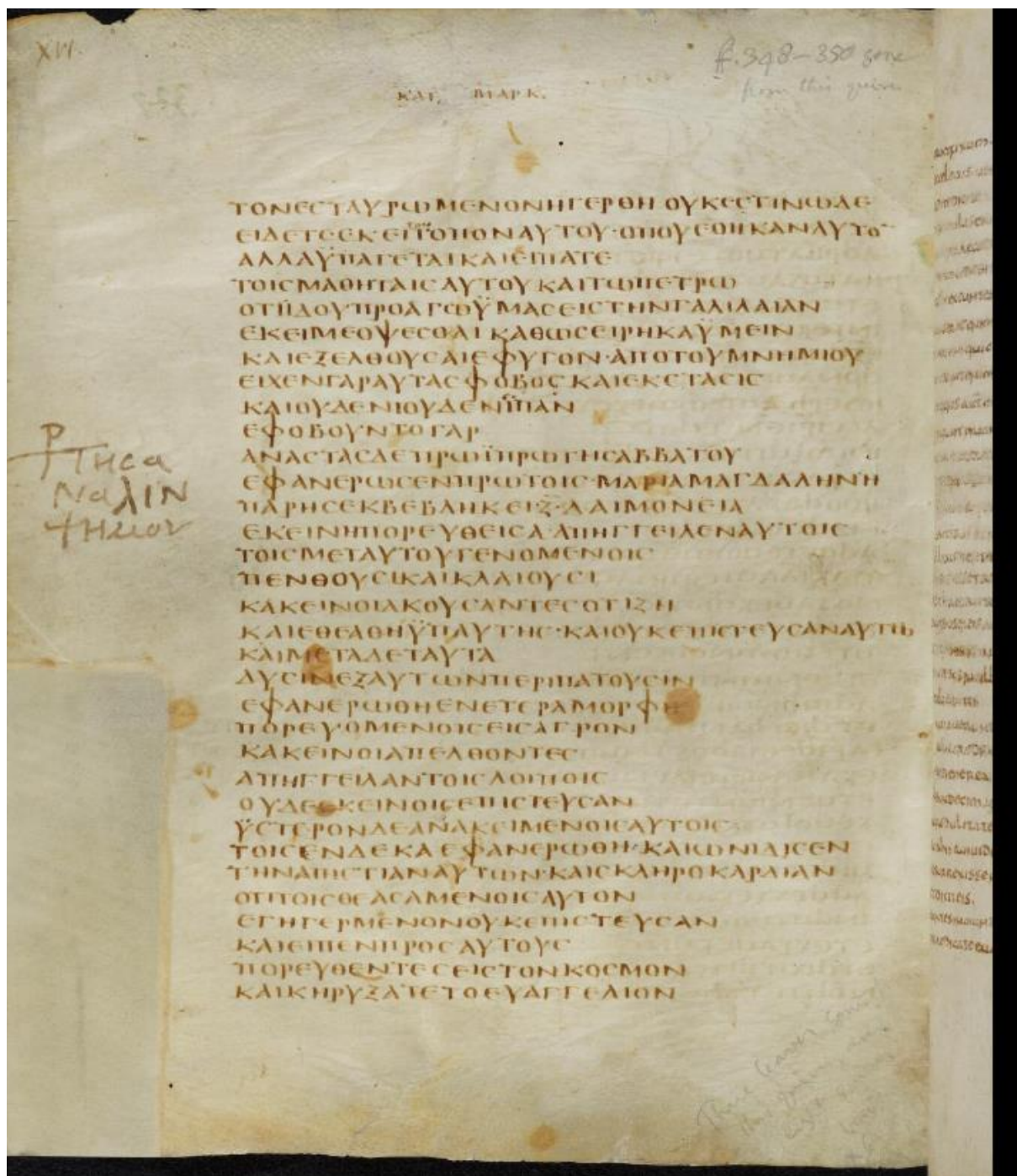


Figura 3 — Codex Bezae Cantabrigiensis (D, 05), Evangelho de Marcos, capítulo 16.

Manuscrito bilingue (grego-latim) do Novo Testamento, datado do século V, escrito em letras unciais sobre pergaminho. O códice apresenta o texto grego em uma página e o correspondente latino na página oposta. É reconhecido como um dos principais representantes do tipo textual ocidental, contendo os quatro evangelhos e Atos dos Apóstolos. Atualmente está

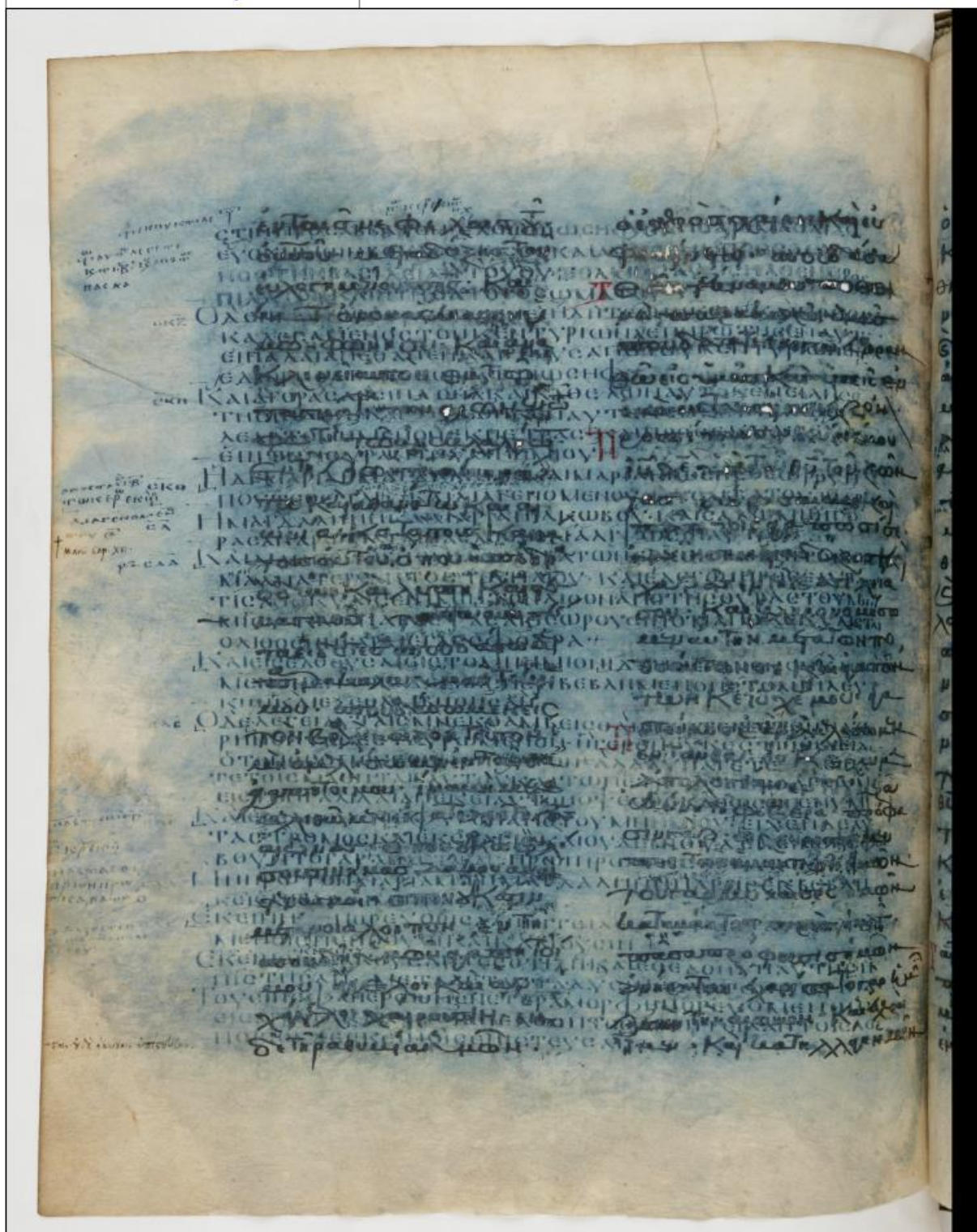


Figura 4 – Codex Ephraemi Rescriptus (C, 04), fólio 151v.

Manuscrito grego uncial do século V, preservado como palimpsesto. A imagem apresenta trecho do Evangelho de Marcos (Mc 15:42-47; 16:1-13), conforme catalogação do NTVMR. O texto original bíblico encontra-se parcialmente apagado e sobreposto por escritos posteriores atribuídos a Efraim, o Sírio (século XII). O códice pertence atualmente à Bibliothèque nationale de France (Paris).

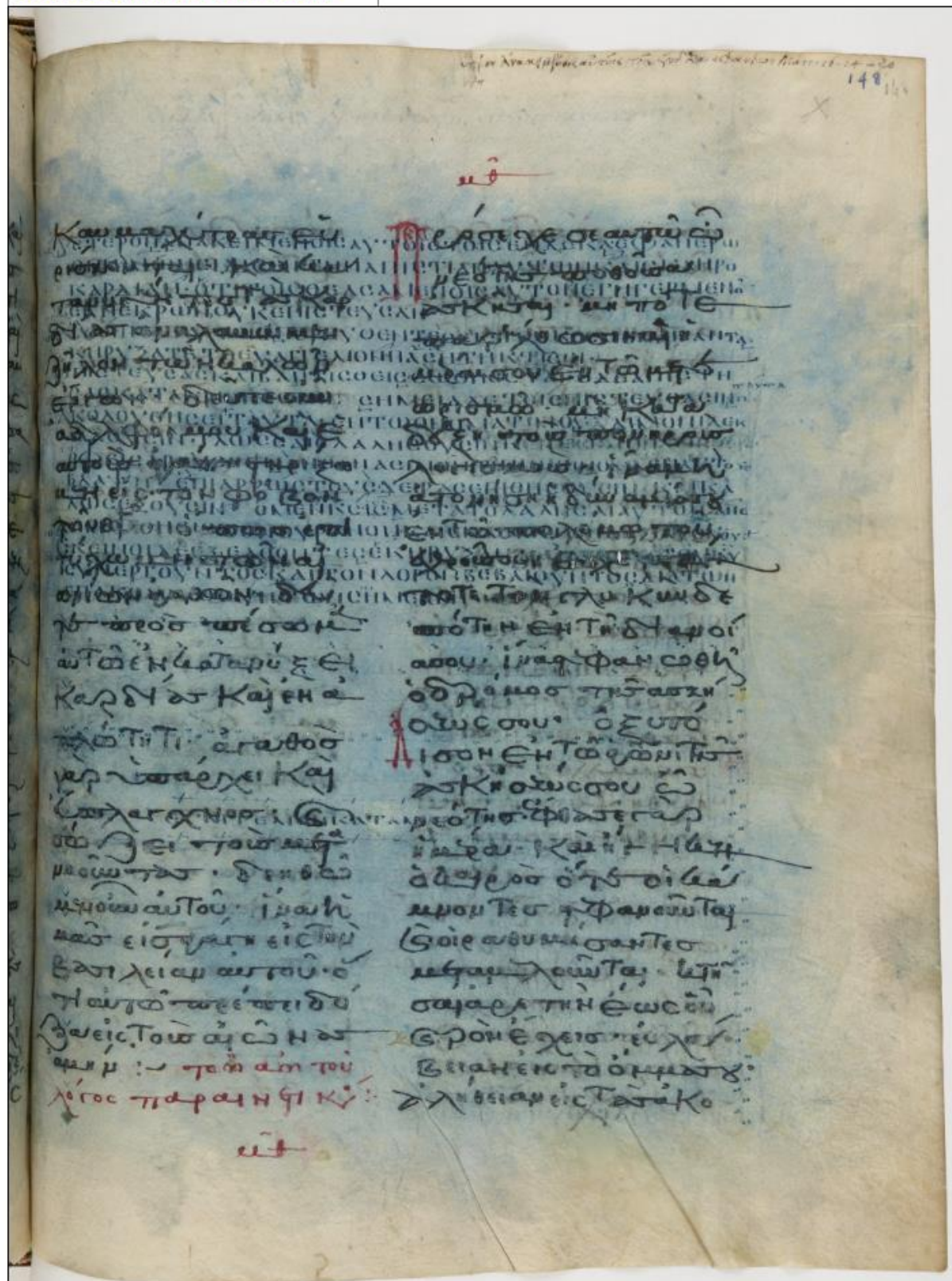


Figura 5 – Codex Ephraemi Rescriptus (C, 04), fólio 148r.

Manuscrito grego uncial do século V, em forma de palimpsesto. A imagem contém trecho do Evangelho de Marcos (Mc 16:14–20), incluindo o final longo do evangelho, seguido da subscrição. O texto original encontra-se parcialmente preservado sob escrita posterior do século XII, correspondente a obras de Efraim, o Sírio.

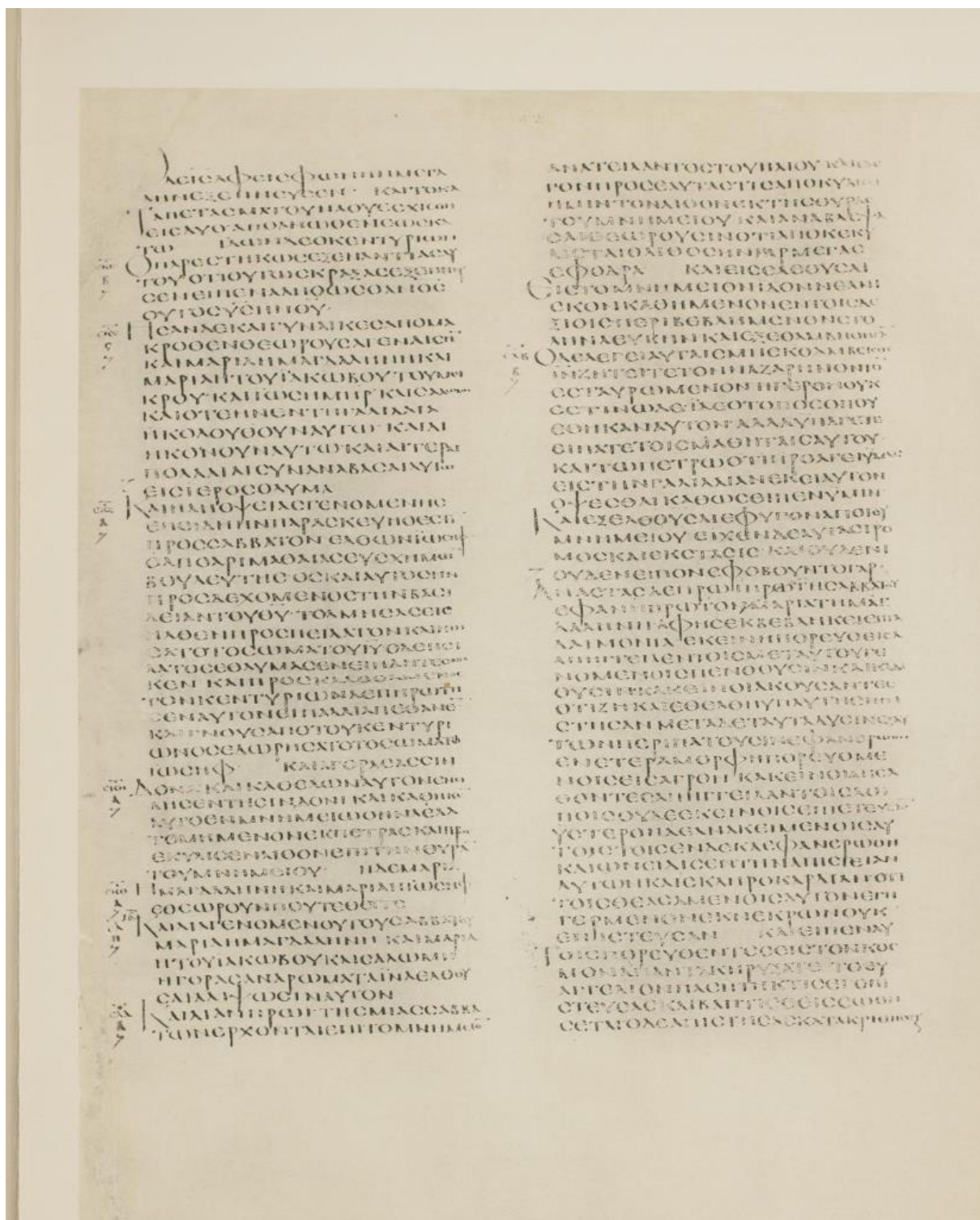


Figura 6 – Página do Codex Alexandrinus (A/02), manuscrito em escrita uncial grega do século V, contendo o final de Marcos 15 e Marcos 16:1–16, incluindo parte do final longo do Evangelho de Marcos (16:9–20).

Fonte: CSNTM / British Library. Imagem: GA_02_0646a.jpg (ID 143487).

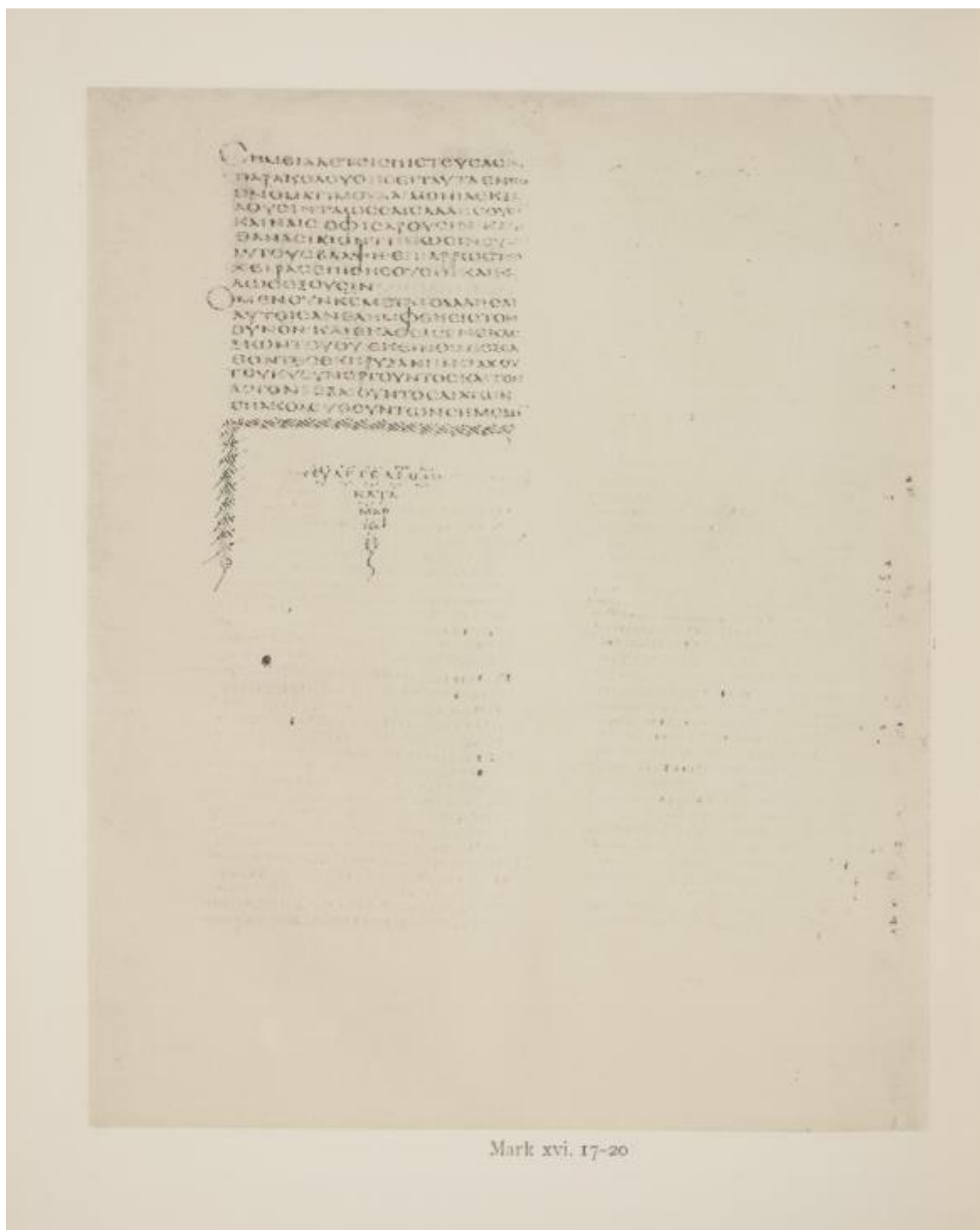


Figura 7 – Página do Codex Alexandrinus (A/02) contendo Marcos 16:17–20, conclusão do final longo do Evangelho de Marcos. O manuscrito constitui uma importante testemunha textual da preservação dessa passagem na tradição cristã antiga.

Fonte: CSNTM / British Library. Imagem: GA_02_0646b.jpg (ID 143488).

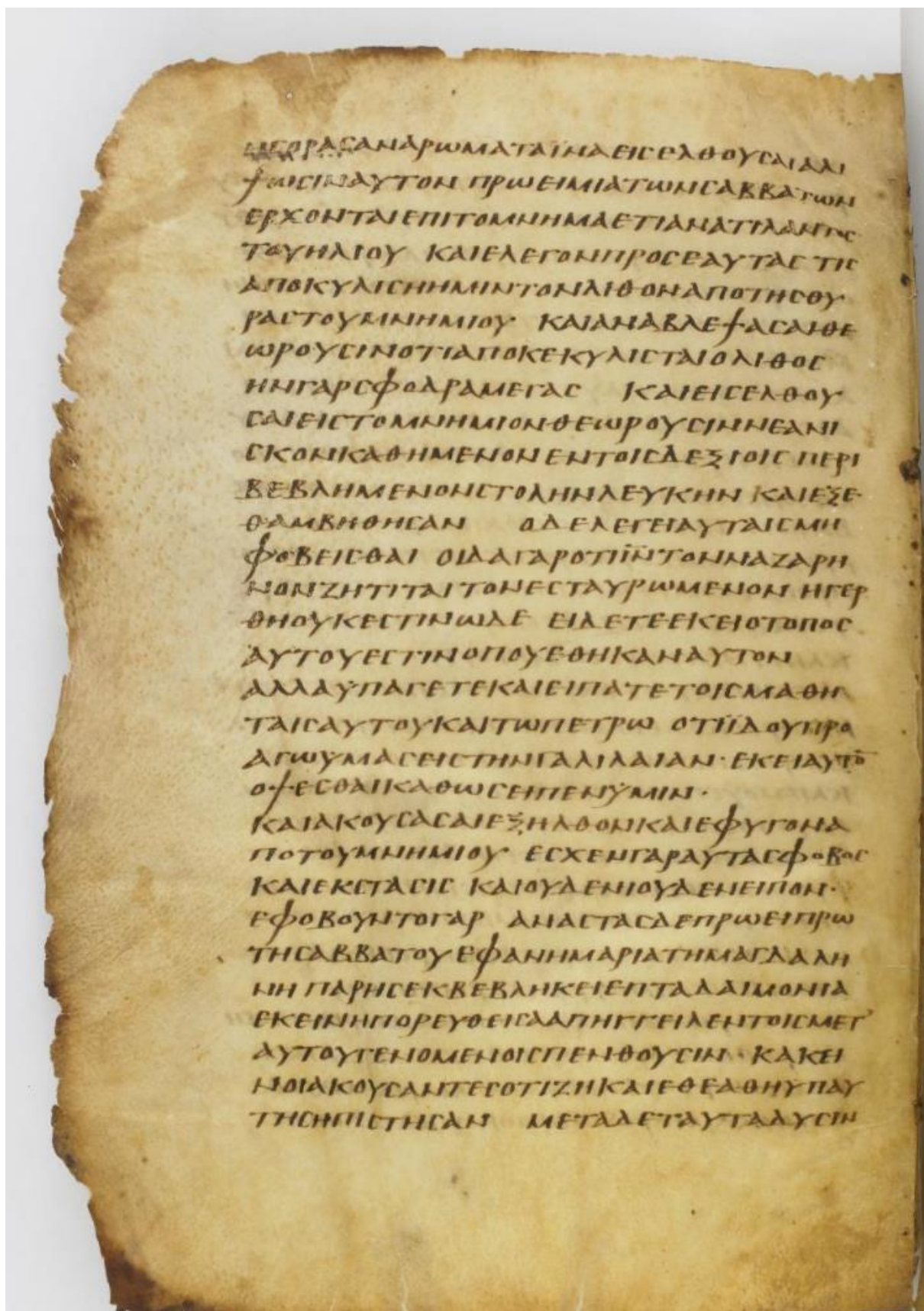


Figura 8 Página do Codex Washingtonianus (W/032), manuscrito grego em escrita uncial sobre pergaminho, contendo Marcos 16:1–12, incluindo o início do final longo do Evangelho de Marcos (16:9–20).

Fonte: CSNTM / Smithsonian Institution, Freer Gallery of Art. Imagem: GA_032_0372.jpg (ID 140937).

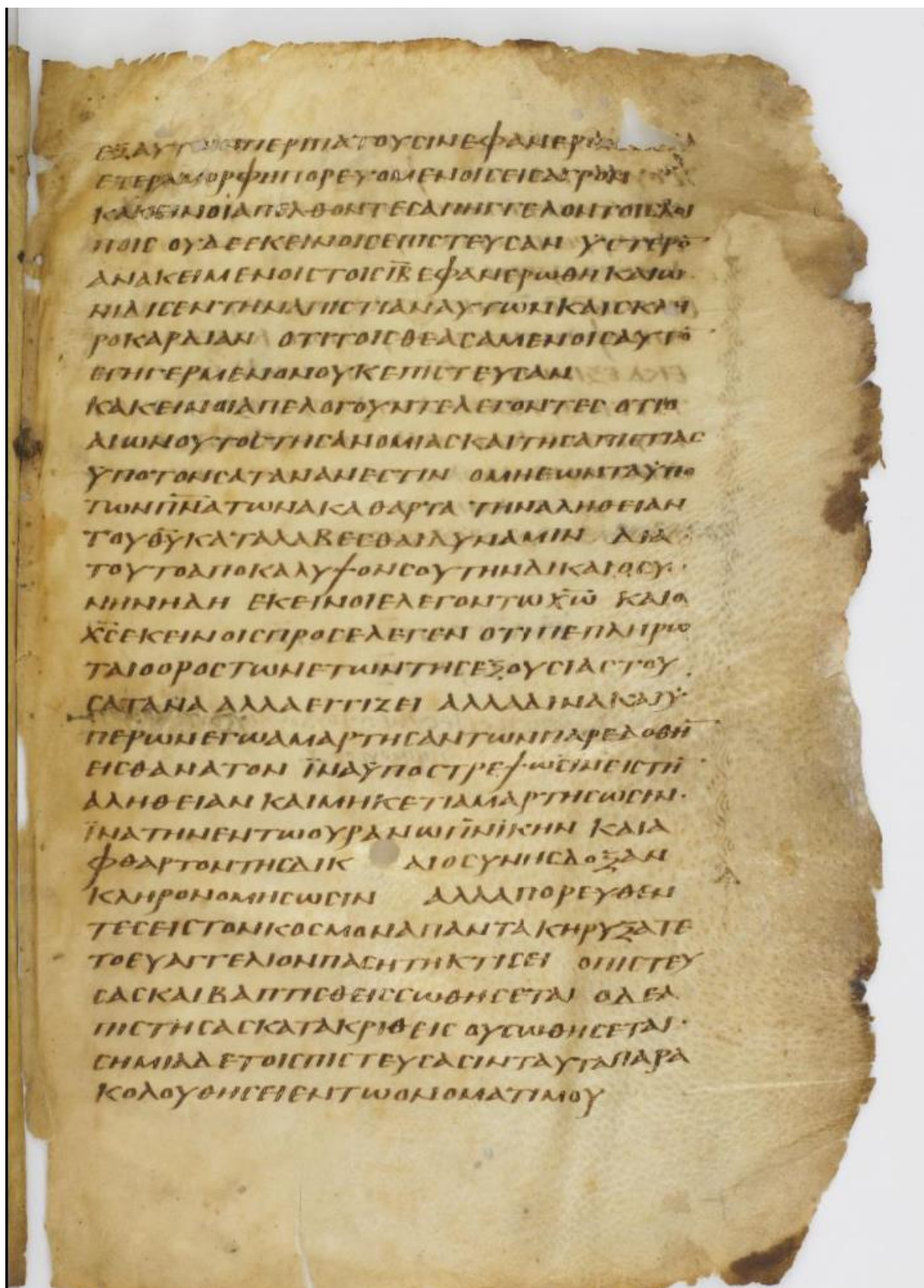


Figura 9 – Página do Codex Washingtonianus (W/032), manuscrito grego em escrita uncial sobre pergaminho, contendo Marcos 16:12–17, incluindo Marcos 16:14–15, seção na qual se encontra o chamado Freer Logion, acréscimo textual característico desse códice inserido entre o final longo de Marcos e a Grande Comissão.

Fonte: CSNTM / Smithsonian Institution, Freer Gallery of Art. Imagem: GA_032_0373.jpg (ID 140938).

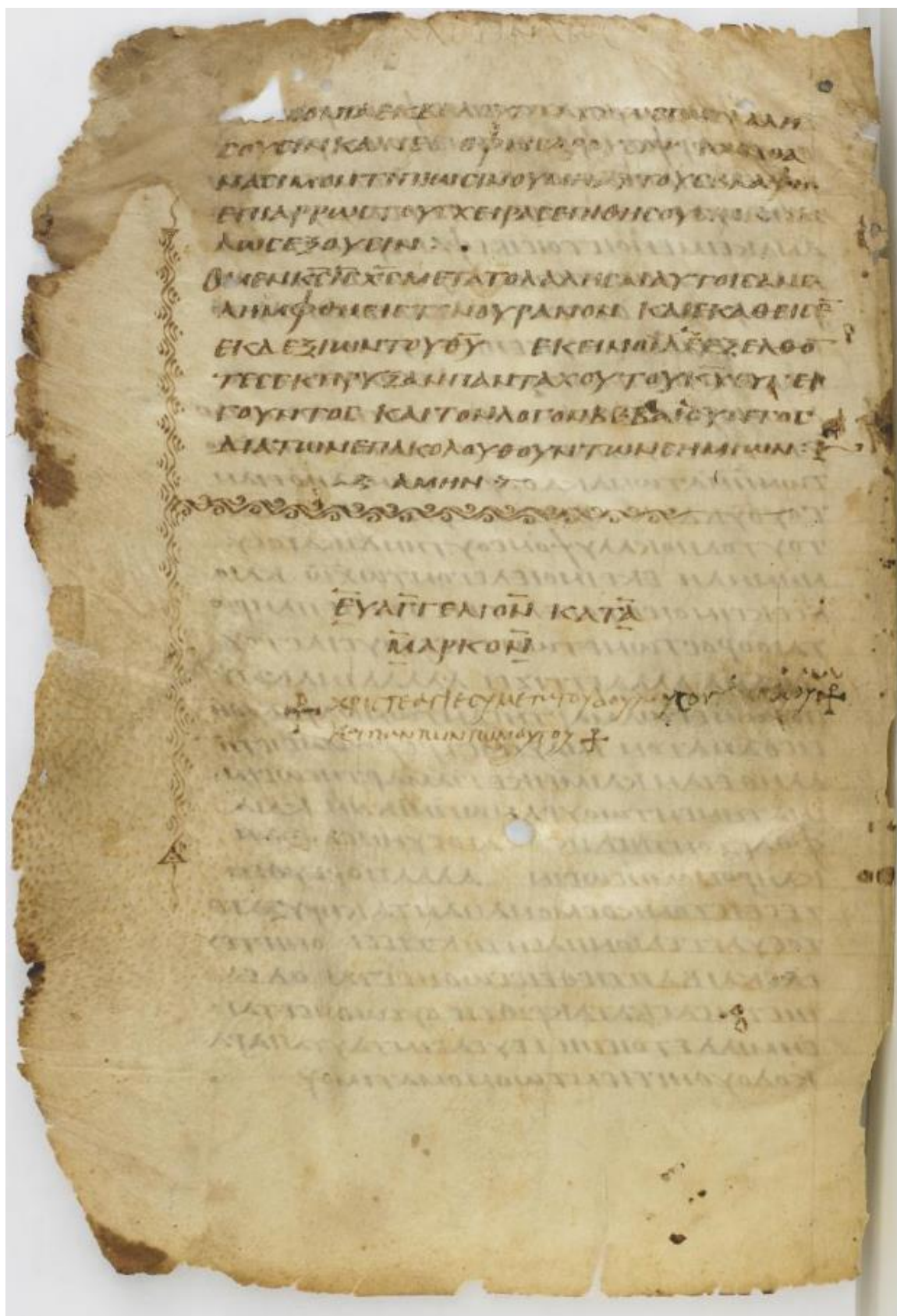


Figura 10 – Página do Codex Washingtonianus (W/032), manuscrito grego em escrita uncial sobre pergaminho, contendo Marcos 16:17–20, conclusão do final longo do Evangelho de Marcos. O códice constitui uma importante testemunha textual da preservação de Marcos 16:9–20 na tradição manuscrita antiga.

Fonte: CSNTM / Smithsonian Institution, Freer Gallery of Art. Imagem: GA_032_0374.jpg (ID 140939).